



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda de Mato Grosso
Concurso Público para Provimento de Vagas do cargo de
Fiscal de Tributos Estaduais – FTE

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

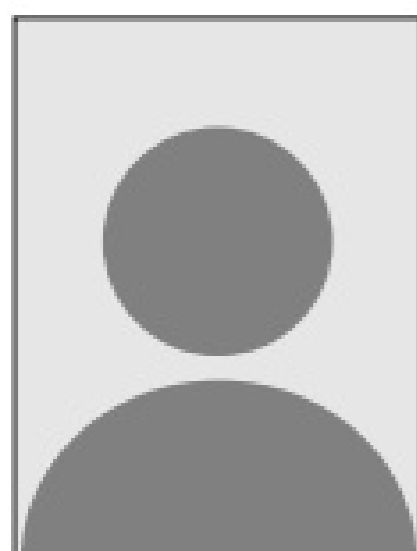
TIPO-005

Nº do Documento _____

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

CONHECIMENTOS GERAIS E BÁSICOS
(Prova Objetiva 1)



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

**As nossas lutas sempre têm um significado.
Vencer, conquistar e sobreviver.**

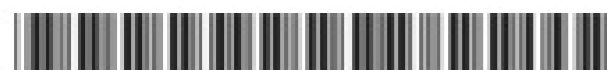
- Verifique se este caderno contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PROVA OBJETIVA 1
CONHECIMENTOS GERAIS
Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto seguinte.

Memórias sem imaginação

Fiquei entusiasmadíssimo com recursos da internet, quando finalmente comecei a me valer deles, tempos atrás. Pois não é que de repente passei a ter acesso a imagens e sons de um passado que dava por perdido? Ruas antigas, objetos da casa desaparecida, ingênuos anúncios, canções marcantes, utensílios domésticos carregados de magia – tudo se estampava agora em imagens nítidas e voltava em sons precisos, por meio de plataformas eletrônicas. O mundo das imagens e das ondas sonoras da minha infância e de antes dela estava ali, a um toque do milagre digital.

Mas de repente... Mas de repente comecei a me afogar nesse repertório inesgotável de sensações, que eu podia repetir tanto quanto quisesse. E comecei a dar pela falta de um elemento fundamental para a vida da memória afetiva: o imaginário nosso que é parte dela. A força mecânica das coisas recuperadas num buscador digital não trazia consigo a alma da minha imaginação, aquela de quando eu ia me lembrando de algo contando apenas com minha memória interiorizada, sem signos ostensivos. De repente, a exposição iluminada das coisas mágicas do meu passado era solar demais, impunha suas imagens à minha imaginação, a riqueza do passado me aparecia agora esbanjada, perdulária, barateada... Faltava às lembranças digitalizadas a hesitação na escolha dos detalhes, a invenção necessária para cobrir lacunas, a dificuldade laboriosa da tentativa de remontagem das antigas experiências. Faltava, em cada imagem exibida e incontestada, a construção compensatória do meu imaginário.

Não estou sendo ingrato. Aos canais de música não tenho como agradecer por abrir um leque incomensurável das composições que o mundo já conheceu e está conhecendo. Mas no campo da memória pessoal, a contundência dos arquivos implacáveis da internet suprime os vazios humanizantes da nossa memória que, segundo Bergson, corta e costura o passado segundo convocações do presente – convocações pessoais e intransferíveis. Colocando diante de nós as marcas físicas de nosso passado, a digitalização computacional suprime as franjas e as sombras que eram parte fundamental de cada lembrança afetiva. Para me proporcionar todas as visões do passado, o computador precisa que eu escancare os olhos e me deixe cegar com tanta iluminação. Fica comigo, no entanto, a saudade da memória que eu praticava misturando lembrança e imaginação, me valendo da riqueza comovente dos vazios que eu me esmerava em preencher. Fica comigo a memória da memória que era a minha.

(Almino Valares, a editar)

1. O autor exprime uma impressão sua por meio de um **paradoxo** ao se valer das seguintes expressões:
 - (A) *hesitação na escolha dos detalhes // construção compensatória do meu imaginário* (2º parágrafo).
 - (B) *escancare os olhos // me deixe cegar com tanta iluminação* (3º parágrafo).
 - (C) *Fiquei entusiasmadíssimo // passei a ter acesso a imagens e sons de um passado* (1º parágrafo).
 - (D) *imagens nítidas // por meio de plataformas eletrônicas* (1º parágrafo).
 - (E) *repertório inesgotável de sensações // eu podia repetir tanto quanto quisesse* (2º parágrafo).

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *Fica comigo a memória da memória que era minha* (3º parágrafo) = conservo a lembrança do meu modo de lembrar.
 - (B) *a digitalização computacional suprime as franjas e as sombras* (3º parágrafo) = a computação digital perverte as bordas obscuras.
 - (C) *um passado que dava por perdido* (1º parágrafo) = me ocorria por meio de uma perda pretérita.
 - (D) *nesse repertório inesgotável de sensações* (2º parágrafo) = em tal mostruário de concepções infindas.
 - (E) *Faltava às lembranças digitalizadas a hesitação* (2º parágrafo) = não restava a dúvida de digitar lembranças.

3. A expressão *Mas de repente*, repetida logo na abertura do 2º parágrafo, indica o súbito momento em que o autor
 - (A) se dá conta de que suas memórias passaram a se filtrar com finura pelos processos digitais e adquiriram uma grata e inesperada potência.
 - (B) confessa sua surpresa diante de um processo de memorização pessoal que concedeu a suas lembranças a força de um novo imaginário.
 - (C) considera que as vantagens que as plataformas trouxeram para a imaginação de suas lembranças revelaram-se inequívocas e surpreendentes.
 - (D) admite não ter em nada se impressionado com as memórias adulteradas e equívocas a que acessou por meio da linguagem digital.
 - (E) reconhece que as memórias avivadas pelas plataformas eletrônicas deixavam de ter a elaboração afetiva que antes as fazia tão pessoais.



4. Transpõe-se adequadamente uma frase para a voz passiva, mantendo-se o respeito à concordância verbal, em:
- (A) *a contundência dos arquivos implacáveis da internet suprime os vazios* (3º parágrafo) = suprime-se os arquivos implacáveis da internet por sua contundência.
- (B) *memória que eu praticava misturando lembrança e imaginação* (3º parágrafo) = misturava-se lembrança e imaginação na memória por mim praticada.
- (C) *tudo se estampava agora em imagens nítidas* (1º parágrafo) = estampava-se agora as imagens todas com nitidez.
- (D) *comecei a me afogar nesse repertório inesgotável de sensações* (2º parágrafo) = esse repertório inesgotável de sensações começaram a me afogar.
- (E) *impunha suas imagens à minha imaginação* (2º parágrafo) = suas imagens impunham-se à minha imaginação.
-
5. Em nova redação de uma frase do texto, está adequada a substituição do elemento sublinhado em:
- (A) *a contundência dos arquivos implacáveis da internet suprime os vazios* = supre-se dos
- (B) *a saudade da memória que eu praticava misturando lembrança* = com que eu me valia
- (C) *Faltava às lembranças digitalizadas a hesitação na escolha dos detalhes* = Careciam as lembranças digitalizadas da
- (D) *passsei a ter acesso a imagens e sons de um passado* = Comecei a tangenciar com
- (E) *E comecei a dar pela falta de um elemento fundamental* = Passei a ressentir em

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto seguinte.

Da desigualdade entre os homens

Disse Plutarco que a diferença entre um animal e outro é menor do que a que vai de um a outro homem. Referia-se ele à alma e às qualidades intelectuais. Por mim, não hesitaria em ser mais peremptório, dizendo que a diferença entre tal e tal homem é maior do que entre tal homem e tal bicho. O espírito humano comporta tantos graus quantas braças vão daqui ao céu.

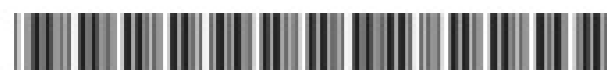
No que concerne à apreciação das coisas, é espantoso que tudo julgando pelas suas qualidades específicas não nos encaremos da mesma maneira. Elogiamos um cavalo por ser vigoroso e ágil, e não por causa do arreio; elogiamos o galgo pela velocidade e não pela coleira; por que, pois, não apreciarmos o homem pelas suas qualidades específicas? É necessário julgar o homem em si e não pelos seus adornos. Como diz espirituosamente um filósofo do passado: "Sabeis por que achais grande esse homem? Porque o medis com o pedestal."

Os cortesãos elogiavam de uma feita o imperador Juliano porque se esforçava por ser justo. "Orgulhar-me-ia de vossas louvações – disse – se viessem de pessoas que ousassem denunciar e censurar meus atos, caso me conduzisse de outra maneira." Os adutores de Alexandre, o Grande, repetiam-lhe sem descontinuar que ele era filho de Júpiter. Certa vez, olhando o sangue que lhe escorria de um ferimento, disse ele: "Então, que vos parece? Não achais que é um sangue vermelho como o de qualquer ser humano? Ou ele é da cor do sangue que o poeta Homero põe nos ferimentos dos deuses?"

Se um homem não tiver valor próprio não lho dará o império do mundo. Mesmo que as jovens o disputem, que por toda parte nasçam rosas sob seus pés, de que servirá tudo isso se tem a alma grosseira e o espírito lerdo? Sem vigor e sem espírito não se chega a sentir a plena felicidade, sequer a volúpia. O valor das coisas depende de quem as possui: boas para os que sabem utilizá-las, são más para quem as emprega mal. Para saborear os bens, quaisquer que sejam os que nos outorga o destino, cumpre ter o bom sentimento que a sensação cria.

(Adaptado de: MONTAIGNE, Michel. **Ensaíolos**. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 287-294, *passim*)

6. Ao afirmar que *O espírito humano comporta tantos graus quantas braças vão daqui ao céu* (1º parágrafo), Montaigne está considerando que
- (A) os caprichos humanos nos afastam tanto uns dos outros que a distância entre nós faz lembrar a que há entre uma braça e outra no espaço celestial.
- (B) são tão variadas as especificidades da interioridade humana quanto são incontáveis as braças que se interpõem entre nós e o céu.
- (C) tem inteira razão o filósofo grego Plutarco, quando alude às incontáveis braças da distância que separa a nossa espécie das demais.
- (D) o espírito de cada ser humano tem tamanha largueza que ele admite em si mesmo distâncias como as das braças que o separam do céu.
- (E) a variação da diferença que pode haver entre um homem e outro é de tal ordem que o faz lembrar literalmente de uma frase de Plutarco.



7. No que concerne à apreciação das coisas, é espantoso que tudo julgando pelas suas qualidades específicas não nos encairemos da mesma maneira.

Preservam-se o sentido e a correção da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) Ao se falar sobre a – julgue-se tudo – nos juguemos
- (B) Tendo em vista a – julguem a tudo – identificamo-nos
- (C) Quando se trata da – ao julgarmos tudo – nos reconheçamos
- (D) Ao que tange na – por julgar em tudo – admitimo-nos
- (E) No respeito da – tendo tudo julgado – nos confrontemos

8. Há adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:

- (A) Se um homem não tivesse valor próprio tampouco nem mesmo um império o valorizará.
- (B) O valor das virtudes estará sempre na dependência de quem se sacrificasse ao exercê-las.
- (C) Uma vez que não elogiemos um cavalo por seus arreios, não há por que nos coubesse julgar alguém por sua retórica.
- (D) Achareis grande esse homem tão somente pela altura do pedestal em que se apoiasse?
- (E) Os cortesãos teriam elogiado o imperador Juliano pelas qualidades que este demonstrara.

9. As frases do imperador Juliano e de Alexandre, o Grande, citadas no 3º parágrafo,

- (A) acentuam o critério da verdade limpa que deve contar para o reconhecimento de alguma virtude.
- (B) condenam o desprendimento estoico que costuma marcar as relações de poder entre desiguais.
- (C) divergem quanto à importância que cada um deles atribui à submissão manifesta de seus comandados.
- (D) deixam ver que eram ambos generosamente sensíveis às louvações de seus comandados.
- (E) demonstram que suas reais virtudes eram amplamente reconhecidas por seus subordinados.

10. "Sabeis por que achais grande esse homem? Porque o medis com o pedestal" (2º parágrafo)

A linguagem figurada do segmento sublinhado na frase acima tem como correspondência de sentido, em linguagem denotativa, este enunciado:

- (A) A solidez de um homem tem por base suas discretas qualidades.
- (B) Avalia-se alguém de modo injusto quando seus defeitos humanos são realçados.
- (C) Costuma-se coroar com louros um homem de evidentes predicados.
- (D) Há quem reconheça o mérito de alguém por conta de honra já concedida.
- (E) O prestígio público costuma decorrer de algum efetivo merecimento.

Raciocínio Lógico

11. No mês de dezembro, uma escola preparatória ofereceu 4 cursos: C1, C2, C3 e C4. Esses cursos foram distribuídos em 5 turmas, T1, T2, T3, T4 e T5, de maneira que em cada turma foram ministrados exatamente 2 dos cursos. Em duas turmas quaisquer não foram ministrados os mesmos dois cursos; o curso C2 não foi ministrado na turma T3 e nem na turma T4, e o curso C3 foi ministrado na turma T2 e em outras duas turmas. O curso C1 foi oferecido nas turmas T2, T3 e T5.

Defina m como o total de oferecimentos do curso C3 nas turmas T1, T2 e T3 e defina n como o total de oferecimentos do curso C4 nas turmas T1, T2 e T3. A soma $m + n$ é igual a

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5



12. A senha de João em certo aplicativo é formada por 5 algarismos distintos e ele sabe que os algarismos nela usados foram 1, 2, 3, 4 e 5. Se João digitar uma senha errada, o aplicativo indica quantos dos algarismos por ele digitados estão na posição correta. Por exemplo, suponha que a senha seja 12345 e João digite 42135; nesse caso, o aplicativo vai indicar que dois dos algarismos digitados estão na posição correta, no caso, os algarismos da 2ª e da 5ª posições.

A tabela mostra as quatro primeiras tentativas de João ao digitar a senha no aplicativo e o respectivo número de algarismos na posição correta.

Posição do algarismo					Número de algarismos na posição correta
1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	
4	2	5	1	3	1
2	4	5	3	1	1
3	5	1	4	2	0
3	1	5	2	4	1

Com os dados da tabela, não é possível saber qual algarismo estava na posição correta em cada tentativa, mas apenas que na terceira tentativa João errou a posição de todos os algarismos que digitou e, nas demais tentativas, acertou a posição de apenas um dos algarismos que digitou.

Sabendo que o quinto algarismo da senha de João não é 5, a soma dos algarismos dessa senha que estão na 1ª e 2ª posições é igual a

- (A) 8
- (B) 9
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 6

13. André, Breno, Carla, Denise e Érica são os responsáveis pela manutenção dos servidores em certo Data Center. Essas pessoas se revezam em turnos de trabalho, de maneira que, em cada turno, deve haver exatamente 3 pessoas presentes. Em certo turno, Érica estava presente e fez as seguintes anotações:

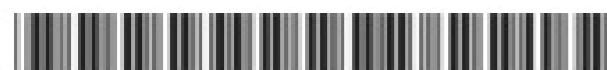
- Breno não está de folga ou Carla está de folga.
- André não está de folga e Denise está de folga.
- Ou Breno não está de folga ou Denise não está de folga.
- Se Carla está de folga, então Denise não está de folga.
- André não está de folga se, e somente se, Breno não está de folga.

Sabendo que exatamente uma das anotações feitas por Érica é logicamente falsa, então é logicamente verdadeiro que:

- (A) Se Carla está de folga, então André está de folga ou Denise não está de folga.
- (B) Breno não está de folga se, e somente se, Carla não está de folga.
- (C) André ou Breno estavam de folga.
- (D) Carla e Denise estavam de folga.
- (E) Ou André está de folga ou Carla não está de folga.

14. Certo dia, em uma loja, os 33 primeiros clientes compraram pelo menos um dos seguintes produtos: perfume, loção ou creme. Alguns desses clientes compraram apenas um dos produtos e os demais compraram os três produtos. Sabendo que 10 clientes compraram perfume, 15 clientes compraram loção e 20 clientes compraram creme, o número de clientes que compraram os três produtos foi

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 2
- (D) 3
- (E) 4



15. Sobre uma mesa estavam quatro fichas, cada uma delas marcada com uma das letras dentre A, B, C e D, sem que duas fichas tivessem a mesma letra. Almir, Benê, Cerne e Djalma, que estão com os olhos vendados, pegaram, cada um, uma das fichas que estavam sobre a mesa. Lígia, que conseguia ver as fichas de todos, falou que ninguém pegou uma ficha cuja letra correspondesse à inicial de seu próprio nome. Em seguida, Cerne e Djalma trocaram de fichas, mas foram informados por Lígia que, ainda assim, nenhum deles estava com uma ficha cuja letra correspondesse à inicial do próprio nome. Em seguida, Lígia separou essas quatro pessoas em dois grupos, um formado pela pessoa que estava com a ficha marcada com a letra C e por Benê, e o outro grupo com as outras duas pessoas; em cada grupo, Lígia fez com que seus integrantes trocassem de fichas. Finalmente, Lígia efetuou, em sequência, as seguintes trocas de fichas entre duas pessoas: primeiro entre Almir e Cerne; depois entre Cerne e Djalma, depois entre Almir e Benê. Após essas trocas, Lígia afirmou que uma única pessoa ficou com uma ficha cuja letra correspondia à inicial de seu próprio nome.

Logo após todas essas trocas, Almir, Benê, Cerne e Djalma estavam com as fichas marcadas, respectivamente, pelas letras

- (A) C, B, D e A.
(B) D, B, A e C.
(C) A, C, D e B.
(D) B, D, C e A.
(E) C, A, B e D.
-
16. Em certo campeonato, três equipes de corrida possuem, cada uma, duas pilotas: a piloto principal e a segunda piloto. Nessas equipes, as três pilotas principais são Ana, Bia e Cris e suas companheiras de equipe (segundas pilotas) são, em alguma ordem, Duda, Elis e Fran. No momento, os números de pontos conquistados por Ana, Bia e Cris são, respectivamente, 60, 48 e 66, e a soma de pontos conquistados pelas três segundas pilotas é igual a 85. Ana tem 18 pontos a mais do que sua companheira de equipe, Duda tem um terço do número de pontos de sua companheira de equipe e o número de pontos de Elis é igual à metade do número de pontos de uma das outras segundas pilotas.

Seja x a soma dos pontos de Cris e sua companheira de equipe e seja y a soma dos pontos de Bia e sua companheira de equipe. A diferença $x - y$ é igual a

- (A) 21
(B) 23
(C) 15
(D) 19
(E) 17
-
17. Considere a sequência finita composta por n elementos $7, 100, -300, 11, 91, -294, 15, 82, -288, 19, 73, -282, \dots, a_n$, construída a partir de um padrão lógico, que mostra o valor dos 12 primeiros elementos e que representa seu último elemento por a_n . Sabendo que o resto da divisão de n por 3 é igual a 1 e que a soma dos 3 últimos elementos dessa sequência é igual a 60, o resto da divisão de n por 8 é igual a

- (A) 6
(B) 7
(C) 3
(D) 4
(E) 5
-
18. Em certo prédio, funcionam cinco escritórios, cada um representando uma companhia distinta, sendo 3 deles de companhias da região Norte e os outros 2 de companhias da região Sul, e sendo que dois escritórios têm 20 funcionários cada e três escritórios têm 30 funcionários cada. Caio, Guto, Ivo, Lia e Nina trabalham nesses escritórios, sendo que quaisquer duas dessas pessoas não trabalham no mesmo escritório. O número de funcionários do escritório de Guto é igual ao número de funcionários do escritório de Nina, e o número de funcionários do escritório de Ivo é diferente do número de funcionários do escritório de Lia. Lia e Nina trabalham em escritórios que representam companhias de regiões diferentes, e Caio e Ivo trabalham em escritórios que representam companhias de uma mesma região. Em um dos escritórios que representa uma companhia da região Sul, trabalham 20 funcionários. Os funcionários que trabalham em escritórios que representam empresas da região Norte são

- (A) Guto, Lia e Nina.
(B) Ivo, Lia e Nina.
(C) Caio, Guto e Lia.
(D) Caio, Guto e Ivo.
(E) Caio, Ivo e Nina.



19. Cinco alunos receberam as notas de uma prova que apenas eles fizeram e compararam suas notas entre si, verificando que quaisquer duas provas não receberam a mesma nota. Esses alunos fizeram as seguintes afirmações sobre essas notas:

Aldo: minha nota não foi a menor.
 Beto: Elvis tirou a segunda maior nota.
 Cido: Beto tirou a maior nota.
 Duda: eu tirei a menor nota.
 Elvis: a nota de Cido foi maior do que a nota de Duda.

Sabendo que os dois alunos que tiraram as duas maiores notas mentiram e que os outros três alunos falaram a verdade, deduz-se que, em alguma ordem, os alunos que tiraram a terceira e a quarta maior nota foram

- (A) Beto e Elvis.
 (B) Cido e Duda.
 (C) Aldo e Cido.
 (D) Aldo e Elvis.
 (E) Beto e Duda.
-
20. Considere a sequência infinita $A = (3, 4, 5, 7, 7, 10, 9, 13, 11, 16, 13, 19, 15, 22, 17, 25, \dots, 106, \dots)$. Tomando-se os algarismos que formam a sequência A , na ordem em que ocorrem, forma-se a sequência $B = (3, 4, 5, 7, 7, 1, 0, 9, 1, 3, 1, 1, 1, 6, 1, 3, 1, 9, 1, 5, 2, 2, 1, 7, 2, 5, \dots, 1, 0, 6, \dots)$. O 300º termo da sequência B é
- (A) 1 ou 3.
 (B) 7 ou 8.
 (C) 0 ou 2.
 (D) 6 ou 9.
 (E) 4 ou 5.

Geografia e História Política de Mato Grosso

21. O mapa mostra os dois tipos climáticos predominantes no estado de Mato Grosso:



(IBGE)

Os tipos climáticos **A** e **B** são, respectivamente,

- (A) subtropical e tropical.
 (B) monçônico e equatorial.
 (C) equatorial e tropical.
 (D) tropical e temperado.
 (E) equatorial e semiárido.
-
22. *A produção agropecuária brasileira é marcada por forte concentração de cultivos. Por exemplo, metade da produção brasileira desse cultivo veio de apenas três microrregiões em 2023: Parecis e Alto Teles Pires, no Mato Grosso, e Barreiras, na Bahia.*
 (Disponível em: www.embrapa.br. Adaptado)
- A notícia faz referência ao cultivo de
- (A) cana-de-açúcar.
 (B) eucalipto.
 (C) café.
 (D) laranja.
 (E) algodão.

23. Considere a notícia:

Enquanto os estados brasileiros se preparam para encolher a população nas próximas décadas, Mato Grosso segue em movimento contrário, sendo o único estado que, segundo as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), continuará crescendo demograficamente até 2070 – uma curva que desafia o cenário nacional e já começa a redesenhar cidades, serviços públicos e rotinas no presente.

(Disponível em: www.g1.globo.com. Adaptado)

Um dos principais motivos para o crescimento populacional em Mato Grosso é

- (A) o desenvolvimento tecnológico na produção de energia eólica, que tem gerado grande oferta de empregos ligados à sustentabilidade.
- (B) a flexibilização das relações trabalhistas, que garantem maior dinamismo econômico para trabalhadores com mais de 50 anos de idade.
- (C) a expansão do agronegócio, com geração de empregos ao longo da cadeia produtiva e atração de migrações internas de jovens em busca de melhores oportunidades de renda.
- (D) o alto investimento público em indústrias de base, como siderurgia e metalurgia, aumentando as oportunidades para mão de obra qualificada.
- (E) a substituição da agroindústria por agricultura familiar, fator que fixa a população jovem no meio rural a partir de novos conhecimentos agrícolas.

24. *É uma região de grande riqueza natural e cultural, localizada no noroeste de Mato Grosso. Cortada por um imponente rio, apresenta paisagens exuberantes, com cachoeiras, rios cristalinos, serras e áreas de vegetação preservada, ideais para o ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural. A região também se destaca pela diversidade cultural, preservando tradições de comunidades rurais e indígenas que vivem em harmonia com a natureza. Festas típicas, artesanato local e gastronomia regional oferecem aos visitantes uma experiência autêntica do modo de vida mato-grossense.*

(Disponível em: www.descubramatogrosso.com.br)

O texto descreve a Região Turística:

- (A) Domo de Araguinha.
- (B) Metropolitana.
- (C) Portal do Agronegócio.
- (D) Roncador Xingu.
- (E) Vale do Juruena.

25. Considere a imagem do Pantanal mato-grossense:



(Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/40>. Adaptado)

A vegetação do Pantanal varia principalmente em função das inundações e dos tipos de solo e está relacionada às diversas paisagens que compõem este bioma. Uma dessas paisagens é conhecida como “Cordilheira”, cuja definição encontra-se em:

- (A) Campos inundáveis e capões com dominância de carandá, uma palmeira do Chaco, com folhas em forma de leque.
- (B) Pequenas faixas de terreno não inundável, com 1 a 3 metros acima do relevo adjacente, com vegetação de cerrado, cerradão ou mata.
- (C) Lagoas de água salobra, sem cobertura de plantas aquáticas, mas com grande densidade de algas.
- (D) Áreas inundáveis, com predominância de gramíneas e considerada a formação vegetal mais importante do Pantanal.
- (E) Mancha de vegetação arbórea, de cerrado, cerradão ou mata, formando verdadeiras ilhas nos campos.

26. Sobre a formação territorial e administrativa do estado de Mato Grosso, é certo que:

- (A) Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada no século XVII, foi a segunda capital da capitania, após a decadência de Cuiabá.
- (B) O nome “Mato Grosso” originou-se das grandes extensões de mato alto e impenetrável na região do rio Galera, descobertas pelos irmãos Paes de Barros no século XVIII.
- (C) A separação de Mato Grosso da capitania de São Paulo ocorreu durante a Guerra do Paraguai no início do século XIX.
- (D) Cuiabá sempre foi a capital da Capitania desde a sua fundação oficial pelos portugueses em meados do século XVIII.
- (E) A Capitania de Mato Grosso foi criada logo após o Tratado de Tordesilhas, no século XVI, por exploradores portugueses.

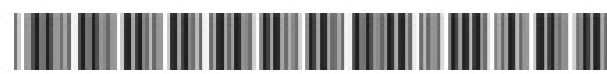


27. São as maiores ameaças ao Bioma Pantanal nos dias atuais:
- (A) a ampliação da agricultura familiar e da pecuária sustentável.
 - (B) a expansão da apicultura a partir do início do século XXI.
 - (C) queimadas, desmatamento e assoreamento de rios.
 - (D) criação de reservas indígenas e comunidades de posseiros.
 - (E) construção de grandes ferrovias como a Ferrovia Norte-Sul.
-
28. A divisão do estado do Mato Grosso foi oficializada em 11 de outubro de 1977 pelo presidente Ernesto Geisel, criando o estado de Mato Grosso do Sul (capital Campo Grande) e mantendo o Mato Grosso (capital Cuiabá). Sobre essa divisão, tem-se:
- (A) Com a divisão, perto de 65% do bioma do pantanal ficou sob administração estado do Mato Grosso.
 - (B) Após a divisão, houve um desequilíbrio populacional, com o Mato Grosso ficando com cerca de 70% da população original do estado.
 - (C) A divisão visava facilitar a administração, superar diferenças econômicas entre as regiões e atender a demandas por maior representatividade política.
 - (D) A divisão tinha como objetivo a expansão da agricultura e a introdução de culturas agrícolas como as do milho e da soja.
 - (E) Com a divisão, o Mato Grosso do Sul ficou com a maior parte do bioma da floresta amazônica.
-
29. Três biomas brasileiros estão presentes no Estado do Mato Grosso. São eles:
- (A) A amazônia, o cerrado e o pantanal.
 - (B) A amazônia, o cerrado e o pantanal.
 - (C) A caatinga, a mata atlântica e o cerrado.
 - (D) O cerrado, a mata atlântica e o pampa.
 - (E) A caatinga, o pampa e o pantanal.
-
30. As expedições denominadas "bandeiras", oriundas de São Paulo, possuíram um papel relevante na colonização da região que consiste hoje no estado do Mato Grosso. Os objetivos dessas expedições eram
- (A) aprisionar indígenas para a escravização e procurar metais preciosos.
 - (B) estender as capitânicas hereditárias para a região oeste da colonização portuguesa.
 - (C) expandir a atividade pecuária visando abastecer o mercado interno formado no centro sul do Brasil.
 - (D) impedir as invasões francesas através do Rio da Prata e do Rio Paraguai.
 - (E) garantir a ocupação do território e desenvolver o plantio da cana-de-açúcar.
-

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Direito Tributário

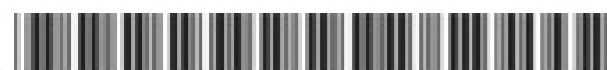
31. Conforme a Constituição Federal, na redação dada pela EC nº 132/2023, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)
- (A) incidirá sobre a importação de serviços realizada por pessoa jurídica que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade; mas não incidirá se a importação for realizada por pessoa física, sem finalidade econômica.
 - (B) terá os critérios para a definição do destino da operação fixados por lei estadual, que poderá designá-lo como sendo o local do pagamento, o da formalização do contrato de compra, ou o do domicílio ou da localização do fornecedor, vedadas diferenciações em razão das características da operação.
 - (C) não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas na referida Constituição.
 - (D) será informado pelo princípio da não cumulatividade, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte, em cada Estado, com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente, nesse mesmo Estado, vedada a compensação com valores cobrados em outros Estados.
 - (E) terá sua alíquota única e uniforme fixada pelo Senado Federal, que será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, independente de origem ou destino do produto, e do regime tributário do adquirente.
-
32. Conforme a Constituição Federal, na redação dada pela EC nº 132/2023, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)
- (A) não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão, fibra ótica, cabo de cobre, ou meios similares; qualquer que seja a natureza do contrato entre o prestador e o tomador do serviço.
 - (B) terá o regime de compensação estabelecido em lei complementar, de forma que apenas o imposto efetivamente recolhido pelo vendedor do bem material ou imaterial resulte em crédito de IBS para o adquirente desse bem, vedado em qualquer hipótese crédito outorgado ou presumido, ou crédito de imposto não previamente recolhido.
 - (C) terá Regulamento nacional único, elaborado pelo Comitê Gestor do IBS e aprovado por Resolução do Senado Federal.
 - (D) será arrecadado, cobrado e executado, judicialmente, em caso de inadimplência, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do IBS.
 - (E) será fiscalizado, lançado e cobrado, no âmbito de suas respectivas competências, pelas Administrações Tributárias e procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
-



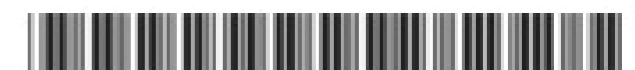
33. Determinado Estado brasileiro publicou lei ordinária, no início de 2026, alterando substancialmente as normas referentes ao ITCD. Dentre as alterações promovidas pela nova lei, encontra-se:
- I. a redução das alíquotas do imposto, em determinados casos de doação de bens e direitos;
 - II. a modernização das regras referentes aos processos de fiscalização, especialmente em relação à informatização de procedimentos fiscais relacionados ao controle da arrecadação do ITCD e à troca de informações com as Fazendas Públicas da União e de outros Estados;
 - III. a atribuição de responsabilidade solidária para várias categorias de pessoas até então não incluídas nesse rol;
 - IV. a redução do valor de algumas penalidades, em relação às transmissões *causa mortis*; e
 - V. o aumento do valor de algumas penalidades, em relação às transmissões por doação.
- Contribuinte do ITCD desse Estado, interessado em conhecer os efeitos dessas mudanças, procurou a repartição fiscal e indagou se essas novas regras alcançariam as doações que ele fez a seus parentes, nos anos de 2022 e 2023, e os legados que ele recebeu, em 2024 e 2025.
- A autoridade fiscal que o atendeu respondeu-lhe, corretamente, que as transmissões por ele mencionadas, ocorridas entre 2022 e 2025, NÃO poderão ser alcançadas pelas alterações referidas APENAS em
- (A) III e V.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) I, II e V.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, III e V.
-
34. O Código Tributário Nacional estabelece que, quando
- (A) a declaração não for prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária, a multa de mora poderá ser aplicada em dobro e, no caso de reincidência, em quádruplo.
 - (B) se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória, o lançamento tributário deverá ser efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa.
 - (C) se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação, fica vedada a realização de denúncia espontânea pelo sujeito passivo.
 - (D) se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade de lançamento por homologação, o prazo inicial para a homologação tácita da referida atividade recomeça a fluir a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
 - (E) se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária, essa penalidade não poderá ser reduzida ou relevada por órgão encarregado de proceder ao julgamento do processo administrativo tributário.
-
35. Segundo a LC nº 214/2025, para fins de IBS e do disposto na referida Lei,
- (A) é considerado adquirente: aquele a quem for fornecido o bem ou serviço, podendo ser quem pagou ou não.
 - (B) são consideradas operações com bens: todas e quaisquer que envolvam bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, inclusive direitos.
 - (C) é considerado fornecedor: pessoa física ou jurídica que, residente ou domiciliada no País, mas não no exterior, realiza fornecimento.
 - (D) são consideradas operações com serviços: todas as relativas a serviços prestados, a bens imateriais e a direitos; exceto as enquadradas como operações com bens materiais.
 - (E) é considerado fornecimento: a reserva, decorrente de venda para entrega eventual e futura, de coisa incerta, ainda não colhida ou fabricada.
-
36. O IBS e a CBS não incidem, de acordo com o disposto na LC nº 214/2025,
- (A) sobre rendimentos financeiros e operações com títulos ou valores mobiliários, de quaisquer tipos.
 - (B) sobre o conjunto de atos ou negócios jurídicos envolvendo transmissão ou alienação de participação societária, ainda que constituam, na essência, operação onerosa com bem ou com serviço.
 - (C) sobre o fornecimento de serviços, realizado por pessoa física, em decorrência de sua atuação como administrador ou membro de conselhos de administração e fiscal.
 - (D) na transferência de bens entre estabelecimentos pertencentes a contribuintes distintos, em permuta, localizados no Brasil, observada a obrigatoriedade de emissão de documento fiscal eletrônico.
 - (E) sobre doações com contraprestação, em benefício do doador.
-
37. Conforme o disposto na LC nº 214/2025, exceto no caso de importação, NÃO é contribuinte do IBS e da CBS
- (A) o nanoempreendedor, assim entendida a pessoa física ou jurídica que tenha auferido receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00, decorrente de atividade econômica com fins de lucro.
 - (B) o transportador aéreo ou rodoviário de carga, com receita bruta anual inferior a R\$ 120.000,00.
 - (C) o produtor rural pessoa física ou jurídica, que auferir receita inferior a R\$ 7.200.000,00 no ano-calendário, exceto no caso de produtor rural integrado.
 - (D) a entidade ou unidade de natureza econômico-contábil, sem fins lucrativos, que presta serviços de planos de assistência à saúde, sob a modalidade de autogestão.
 - (E) o consórcio destinado à compra coletiva e planejada, sem juros, onde pessoas se unem em grupos para formar uma poupança comum, administrada por uma empresa autorizada, para adquirir bens por meio de sorteio ou lance, recebendo uma carta de crédito.



38. Quando a empresa "Alfa" teve sua falência decretada, em novembro de 2024, ela já era devedora de créditos tributários referentes ao ICMS e ao IPI, bem como de aluguéis vencidos, de créditos decorrentes da legislação do trabalho e de créditos decorrentes da legislação de acidente do trabalho. Após a decretação da falência, a referida empresa tornou-se devedora de novos montantes referentes a aluguéis e de créditos tributários referentes ao IPTU incidente sobre um terreno de sua propriedade.
- De acordo com os fatos narrados acima e com a disciplina estabelecida no Código Tributário Nacional acerca das preferências do crédito tributário,
- (A) os créditos tributários referentes a impostos federais devem ser pagos em primeiro lugar, antes de qualquer outro crédito concursal.
 - (B) os créditos tributários referentes ao IPI devem ser pagos anteriormente aos créditos tributários do ICMS e do IPTU.
 - (C) as dívidas de aluguéis que venceram depois da decretação da falência devem ser pagas anteriormente aos créditos tributários de IPI.
 - (D) os créditos tributários referentes ao ICMS e ao IPTU são créditos extraconcursais e devem ser pagos antes dos créditos decorrentes da legislação de acidentes do trabalho.
 - (E) as dívidas de aluguéis que venceram antes da decretação da falência devem ser pagas anteriormente aos créditos tributários de ICMS.
-
39. Stavros, grego de nascimento, morou no Brasil por muitos anos, mas, em janeiro de 2025, ele retornou à Grécia, definitivamente, deixando no Brasil alguns bens de valor, especialmente automóveis.
- Em maio de 2025, ele doou a seu filho Aristóteles, domiciliado no Estado do Paraná, um veículo esportivo licenciado no Estado do Rio de Janeiro e que se encontrava guardado em garagem climatizada, localizada no Estado do Espírito Santo.
- Em agosto de 2025, ele doou a sua filha Afrodite, domiciliada na Argentina, uma casa localizada no Estado de Tocantins e uma caminhonete, licenciada no Distrito Federal, último domicílio de Stavros no Brasil, sendo que o referido veículo era utilizado exclusivamente dentro da fazenda de propriedade de Stavros, localizada no Estado de Goiás.
- Considerando os dados e informações fornecidos acima e o disposto na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD) referente à doação do bem móvel feita a
- (A) Aristóteles compete Estado do Espírito Santo.
 - (B) Afrodite compete ao Estado de Tocantins.
 - (C) Aristóteles compete ao Estado do Rio de Janeiro.
 - (D) Afrodite compete ao Estado de Goiás.
 - (E) Afrodite compete ao Distrito Federal.
-
40. Hideyoshi, brasileiro, morou no Japão por mais de 20 anos e, nesse período, perdeu contato com seus familiares, domiciliados no Paraná. Ao retornar ao Brasil, em final de 2025, Hideyoshi foi surpreendido com a informação de que o Município de Londrina/PR estava em vias de ajuizar ação de cobrança de IPTU contra ele, pela propriedade de bem imóvel localizado nesse Município.
- Como ele nunca adquiriu qualquer bem imóvel em Londrina, ele procurou verificar a causa dessa pretensão municipal e apurou que, em 2022, com a morte de sua tia Tomoko, ele recebeu, como legado, por força de testamento, uma casa no centro daquele Município. Como "tio Tadashi" tinha procuração de Hideyoshi para administrar todos os seus interesses no Brasil, com poderes, inclusive, para receber e aceitar heranças e legados, durante o período de permanência de Hideyoshi no Japão, esse tio aceitou o legado em nome do sobrinho, mas nunca informou isso a Hideyoshi, nem pagou os tributos incidentes sobre a propriedade do referido bem.
- Hideyoshi também constatou que, na mesma situação dele, havia muitos brasileiros de origem japonesa, naquele Município, com dívidas tributárias originadas em situação análoga à sua.
- Para resolver o problema de todas as pessoas que se encontravam em situação semelhante à de Hideyoshi, um vereador do Município de Londrina decidiu apresentar projeto de lei, com a finalidade de extinguir créditos tributários como esse, sem qualquer contrapartida do sujeito passivo, com base no argumento de que esses sujeitos passivos, justificadamente, ignoravam o fato de ter recebido herança ou legado em bens imóveis e, também, de serem devedores do IPTU, em decorrência de tais fatos.
- Com base nessas informações e com suporte nas regras do Código Tributário Nacional, a lei objeto de proposta poderá, se aprovada, autorizar a autoridade administrativa a extinguir o crédito tributário, mediante a concessão, por meio de despacho fundamentado, de
- (A) compensação em valor correspondente à integralidade do crédito tributário.
 - (B) autorização para que os sujeitos passivos efetuem o depósito administrativo do montante integral do crédito tributário.
 - (C) moratória do crédito tributário integral.
 - (D) remissão total do crédito tributário.
 - (E) anistia geral do crédito tributário.



41. A Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022, define os combustíveis sobre os quais incidirá o ICMS uma única vez, ainda que as operações se iniciem no exterior. De acordo com essa Lei, nas operações
- (A) sujeitas à incidência única de que trata a referida Lei Complementar, são contribuintes do ICMS o importador dos combustíveis e o produtor, excetuados, porém, os sujeitos passivos equiparados a produtor e os que produzam combustíveis de forma residual, cujas operações estejam sujeitas ao diferimento.
 - (B) ocorridas no território nacional, sujeitas à incidência única de que trata a referida Lei Complementar, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS, dentre outras hipóteses, na saída do etanol anidro combustível, do óleo diesel e do gás liquefeito de petróleo do estabelecimento produtor desses combustíveis.
 - (C) interestaduais, entre contribuintes, com gasolina, óleo diesel e etanol anidro combustível, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias.
 - (D) sujeitas à incidência única de que trata a referida Lei Complementar, ocorrendo a importação de gasolina, etanol anidro combustível, óleo diesel, carvão mineral (exceto o tipo turfa) e gás liquefeito de petróleo, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS, dentre outras hipóteses, no momento do desembaraço aduaneiro.
 - (E) interestaduais com gasolina e óleo diesel, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem.
-
42. A Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, estabelece algumas regras para a apuração do imposto e liquidação do crédito tributário. De acordo com essa Lei Complementar, para os contribuintes que realizam operações e prestações sujeitas ao regime periódico de apuração do imposto, as obrigações tributárias relativas ao ICMS
- (A) são consideradas vencidas no último dia de cada mês, caso o regime de apuração seja mensal.
 - (B) só podem ser integralmente liquidadas, exclusivamente por meio de compensação, nos casos em que se trate de pagamento de crédito tributário lançado por meio de Notificação/Auto de Infração – NAI.
 - (C) são passíveis de liquidação por compensação, exceto nos casos de contribuintes sujeitos ao regime de estimativa periódica semestral.
 - (D) presumem-se liquidadas por compensação, quando o contribuinte não houver efetuado qualquer pagamento relativamente a determinado período de apuração e, concomitantemente, ele estiver desobrigado de entregar a Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA) relativa àquele período.
 - (E) não podem ser integralmente liquidadas apenas por compensação, por mais de três períodos consecutivos ou seis períodos intercalados, dentro do mesmo exercício anual.
-
43. De acordo com a legislação do ICMS do Estado de Mato Grosso, os créditos do imposto são um direito do contribuinte e têm por finalidade serem compensados com os débitos do imposto, para fins de apuração de um saldo, devedor ou credor, ao final do período de apuração.
- Determinada empresa, contribuinte do ICMS, creditou-se do imposto, indevidamente, em 16 de maio de 2023, terça-feira, no montante de R\$ 1.000,00, decorrente do registro de documento fiscal referente à aquisição de mercadoria isenta do imposto.
- Os dias 16 e 17 de maio de 2023 e o dia 02 de janeiro de 2024 foram dias úteis.
- Considerando as informações acima e a disciplina estabelecida no Código Tributário Nacional acerca da homologação tácita do lançamento e da decadência, a data inicial do prazo para a Fazenda Pública proceder ao lançamento de ofício, em relação ao creditamento indevido efetuado, é o dia
- (A) 02 de janeiro de 2024, e o prazo para o lançamento ser efetuado é de 05 anos.
 - (B) 17 de maio 2023, e o prazo para o lançamento ser efetuado é de 05 anos mais um ano.
 - (C) 17 de maio 2023, e o prazo para o lançamento ser efetuado é de 05 anos.
 - (D) 02 de janeiro de 2024, e o prazo para o lançamento ser efetuado é de 05 anos mais um ano.
 - (E) 16 de maio 2023, e o prazo para o lançamento ser efetuado é de 05 anos mais um ano.
-
44. Relativamente ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS),
- I. não pode o Comitê Gestor, em nenhuma hipótese, flexibilizar a aplicação das regras relativas à observância dos princípios da anterioridade de exercício e da anterioridade nonagesimal.
 - II. é permitido aos Estados e aos Municípios, em caráter excepcional, no exercício de 2027, cobrar esse imposto em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei estadual ou municipal que os houver instituído.
 - III. é obrigatória a observância do princípio da anterioridade de exercício tanto pelos Estados, como pelos Municípios.
 - IV. é obrigatória a observância do princípio da anterioridade nonagesimal pelos Estados, mas não o é pelos Municípios, até 2033.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e IV, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) II e IV, apenas.



45. De acordo com a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras,
- I. as empresas de fomento comercial ou *factoring*, embora não sejam consideradas instituições financeiras, obedecerão, para os efeitos da referida Lei Complementar, às normas aplicáveis às instituições financeiras.
 - II. não constitui violação do dever de sigilo o fornecimento de informações referentes ao patrimônio de pessoas físicas no Brasil, bem como de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito e a grandes conglomerados varejistas, de reputação ilibada, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
 - III. a quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial.
 - IV. o dever de sigilo é extensivo ao Banco Central do Brasil, em relação às operações que realizar e às informações que obtiver no exercício de suas atribuições, mas o dever de sigilo não pode ser oposto ao Banco Central do Brasil, no desempenho de suas funções de fiscalização, compreendendo a apuração, a qualquer tempo, de ilícitos praticados por mandatários e prepostos de instituições financeiras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III e IV, apenas.

Economia e Finanças Públicas

46. Em seus estudos a respeito da eficiência na provisão dos bens públicos, o economista Charles Tiebout
- (A) observa que os governos locais sempre irão estabelecer barreiras à chegada de novos moradores ao buscarem atingir a eficiência alocativa.
 - (B) conclui que a centralização administrativa é a melhor resposta às demandas heterogêneas dos agentes por bens públicos.
 - (C) ancora a construção de seu modelo teórico na premissa da não mobilidade dos agentes econômicos.
 - (D) estabelece que não existe um tamanho ótimo para cada tipo de comunidade formada com base nas preferências por bens públicos e tributação.
 - (E) utiliza o conceito de "bem público impuro", não totalmente não excludente, nem totalmente não rival.

47. Sobre o modelo de Ramsey da tributação, considere:

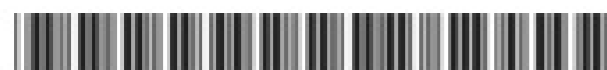
- I. demonstra que as alíquotas ótimas são diretamente proporcionais à elasticidade-preço de demanda.
- II. traz a preocupação de identificar a estrutura de alíquotas dos impostos sobre bens que gere uma dada receita ao menor custo possível em termos de eficiência.
- III. supõe a existência de um único agente, ou que todos os agentes sejam considerados idênticos, retirando do modelo a questão da igualdade.
- IV. desenvolve-se a partir da premissa do predomínio de impostos do tipo *lump sum* (montante fixo) em dada economia hipotética.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I e IV.

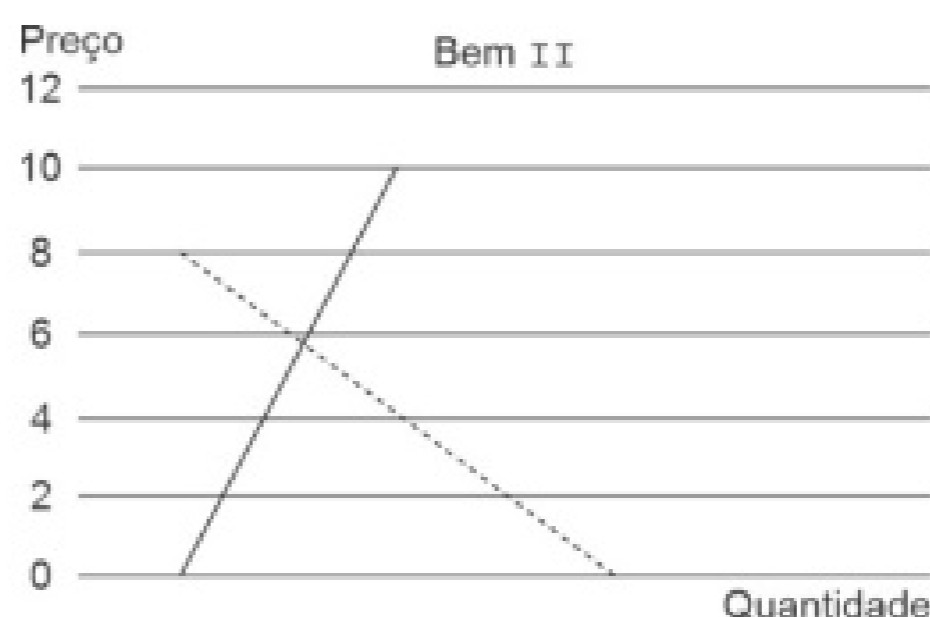
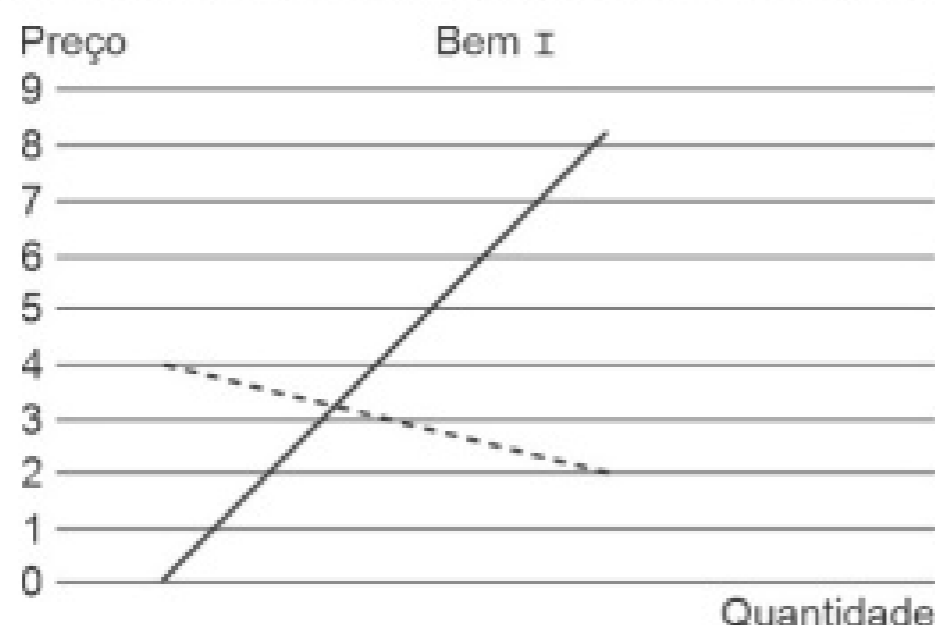
48. O conceito de "eficiência de Pareto" aplica-se aos princípios tributários quando

- (A) considerado o paradoxo da eficiência *vis-a-vis* a equidade, uma vez que ações no campo tributário que buscam mitigar a desigualdade econômica podem gerar ineficiências alocativas.
- (B) abandona-se a noção neoclássica de "função de utilidade" de um agente econômico, para adotar-se o conceito moderno de "bem-estar social".
- (C) direcionados a uma estrutura tributária em que predominam os impostos específicos, pois os impostos *ad valorem*, calculados como percentual de valor, não permitem a mensuração da eficiência alocativa.
- (D) observam-se as decisões tributárias ligadas à distribuição de riqueza, não podendo ser utilizado quando o foco está na eficiência arrecadatória.
- (E) o governo adota um sistema tributário baseado no chamado *lump sum tax*, imposto de montante fixo que, ao considerar as especificidades (comportamento e renda) de cada agente, gera um peso morto calculável e, portanto, controlável em termos de eficiência.



49. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no tocante às receitas e às despesas estabelece:
- (A) Apenas ao que se refere às despesas com a seguridade social, podem-se criar benefícios ou serviços sem a indicação da fonte de custeio total.
 - (B) Considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
 - (C) Define-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela que possui obrigação legal de execução fixada em período superior a três exercícios.
 - (D) A despesa total com pessoal é o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos com quaisquer espécies remuneratórias.
 - (E) Cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo noventa dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

50. Considere os dois gráficos de Oferta e Demanda (Bem I e Bem II) abaixo, relacionando quantidades e preços de dois bens, cujos eixos das abscissas (Quantidade) estão em uma mesma escala:



A adoção de um imposto de igual magnitude para cada um dos bens, que eleve seus preços em uma unidade, resulta em um peso morto

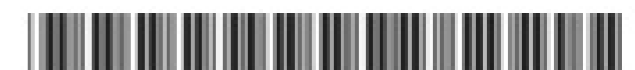
- (A) menor na tributação do bem I comparado ao outro bem, pois o excedente do produtor aumenta mais que proporcionalmente.
- (B) maior na tributação do bem II comparado ao outro bem, pois o excedente do consumidor aumenta mais que proporcionalmente.
- (C) maior na tributação do bem I comparado ao outro bem, pois a oferta do bem I é menos elástica.
- (D) idêntico para os dois bens, uma vez que independe da elasticidade da oferta ou da demanda.
- (E) menor na tributação do bem II comparado ao outro bem, pois a demanda do bem II é menos elástica.

Auditoria

51. Durante auditoria em uma empresa do setor comercial, o auditor independente identificou lançamentos manuais relevantes próximos ao encerramento do exercício. A administração alegou tratar-se de ajustes normais de fechamento. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA, em especial as NBC TA 200 (R1) e 240 (R1), considere:
- I. O auditor deve manter ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria, reconhecendo a possibilidade de existência de distorção relevante decorrente de fraude, independentemente de sua experiência prévia com a entidade.
 - II. A responsabilidade primária pela prevenção e detecção de fraudes é da governança e da administração da entidade, e não do auditor independente.
 - III. Independentemente de indícios de fraude, o auditor deve presumir que os registros contábeis são autênticos e dispensar procedimentos adicionais sobre lançamentos manuais de fim de período.
 - IV. O risco de não detecção de fraude é maior do que o de não detecção de erro, pois fraudes podem envolver conluio, falsificação ou burla de controles.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.



52. A Escrituração Fiscal Digital do ICMS e do IPI (EFD-ICMS/IPI) é estruturada em registros organizados por blocos que integram informações cadastrais, documentos fiscais, movimentação de estoques e apuração do imposto, permitindo o cruzamento eletrônico entre dados declarados pelo contribuinte e informações constantes nos sistemas da SEFAZ.

De acordo com o disposto no Guia Prático EFD ICMS IPI – v.3.1.7, em relação à utilização e ao relacionamento entre os registros 0000, 0150, 0200, e o Bloco H da EFD-ICMS/IPI, considere:

- I. O registro 0000 identifica o contribuinte, o período de referência e o perfil de apresentação do arquivo, sendo obrigatório em toda EFD transmitida, inclusive nos períodos sem movimentação.
- II. O registro 0150 deve conter o cadastro de todos os clientes e fornecedores do contribuinte, ainda que não tenham participado de operações escrituradas no período.
- III. O registro 0200 permite a reutilização do mesmo código para itens distintos, desde que pertençam ao mesmo grupo de mercadorias.
- IV. O registro C405 tem por finalidade identificar a Redução Z do Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), consolidando, por equipamento, os totais diários de vendas, cancelamentos e descontos, servindo de base para a escrituração das operações documentadas por cupons fiscais.
- V. O Bloco H deve ser apresentado apenas quando houver inventário físico levantado no período, normalmente vinculado ao encerramento do exercício ou a situações exigidas pela legislação fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II, IV e V.
- (C) III e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, IV e V.

53. Durante procedimento de fiscalização, o Auditor Fiscal do ICMS realizou cruzamento entre a EFD-ICMS/IPI, a ECD e os extratos bancários da empresa Comercial Beta Ltda. Constatou que, no mês de setembro/2025, houve depósitos em conta corrente no valor total de R\$ 480.000,00, enquanto a receita de vendas escriturada na EFD somava apenas R\$ 300.000,00 no mesmo período.

O auditor notou que as vendas da empresa são sempre com pagamento à vista.

Intimada, a empresa alegou que a diferença se referia a “adiantamentos de sócios” e “empréstimos informais de terceiros”, mas não apresentou contratos, registros contábeis de passivo ou comprovação de origem destes recursos.

Nesse caso, à luz das regras de auditoria fiscal e das presunções legais previstas na legislação do ICMS do Mato Grosso, o Auditor Fiscal deverá concluir que:

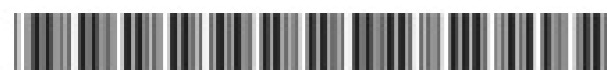
- (A) Somente poderia haver autuação caso fosse comprovada divergência entre estoque físico e contábil.
- (B) A autuação dependeria exclusivamente de prova de que os depósitos correspondem exatamente a vendas sem NF-e.
- (C) A diferença deve ser desconsiderada, pois depósitos bancários não constituem prova suficiente de omissão de receitas.
- (D) Trata-se de mera irregularidade contábil, sem repercussão tributária, já que não houve comprovação de vendas sem documento fiscal.
- (E) A situação pode caracterizar suprimento de caixa não comprovado, gerando presunção de omissão de operações tributáveis.

54. Um auditor independente está planejando procedimentos para obter evidência sobre saldos de clientes e estoques de uma indústria. À luz da NBC TA 500 (R1) sobre evidência de auditoria, considere:

- I. Evidência obtida de fontes externas independentes tende a ser mais confiável do que a obtida internamente.
- II. A Indagação, isoladamente, geralmente não fornece evidência suficiente e apropriada para suportar opinião de auditoria.
- III. A inspeção física de estoques acompanhada da observação da contagem dos estoques fornece evidência sobre a existência dos itens, mas não necessariamente sobre sua propriedade (direito e obrigação da entidade) ou a avaliação destes ativos.
- IV. Quanto maior a qualidade da evidência obtida, menor a quantidade de evidência necessária, embora a qualidade não substitua completamente a quantidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III.



55. Durante procedimento de auditoria fiscal em uma empresa comercial contribuinte do ICMS, o Auditor Fiscal do Mato Grosso analisou as contas de clientes, fornecedores, despesas e disponibilidades, buscando identificar possíveis distorções relevantes que pudessem impactar a base de cálculo do imposto.

No curso dos trabalhos, foram observadas as seguintes situações:

- I. registro de vendas realizadas no fim do período somente no mês seguinte;
- II. reconhecimento antecipado de despesas com fretes de mercadorias ainda não incorridos;
- III. omissão de registro de notas fiscais de saída, que acobertaram saídas efetivas de mercadorias;
- IV. registro de duplicatas a receber em valor inferior ao efetivamente faturado.

Considerando o disposto no RICMS/MT e a lógica de testes de auditoria para identificação de subavaliação e superavaliação de contas contábeis,

- (A) o registro tardio de vendas e a omissão de registro de notas fiscais de saída tendem a subavaliar receitas e tributos a recolher.
- (B) das situações I a IV descritas, apenas uma permite inferir distorções na base de cálculo do ICMS.
- (C) apenas a omissão de registro de notas fiscais possui relevância fiscal, sendo as demais situações meramente erros de natureza exclusivamente contábil.
- (D) o reconhecimento antecipado de despesas com fretes de mercadoria e o registro de duplicatas a menor produzem superavaliação do resultado.
- (E) as quatro situações descritas produzem superavaliação do ativo circulante.

56. No planejamento de seus procedimentos, o auditor independente decidiu utilizar amostragem de auditoria para testar saldos de contas a receber de uma empresa comercial. Para tanto, considerou aspectos como risco de amostragem, distorção tolerável e amostragem estatística, em linha com a NBC TA 530.

Com base na NBC TA 530, considere:

- I. A amostragem de auditoria consiste na aplicação de procedimentos em menos de 100% dos itens da população relevante, de forma que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas, permitindo ao auditor formar conclusão sobre a população.
- II. O aumento da distorção ("erro") tolerável definido pelo auditor tende a aumentar o tamanho da amostra, pois o auditor necessita de maior segurança para concluir sobre a população.
- III. O risco de amostragem corresponde à possibilidade de a conclusão do auditor, com base na amostra, ser diferente da conclusão que seria alcançada se toda a população fosse examinada.
- IV. Na amostragem estatística, é indispensável a seleção aleatória dos itens e o uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados da amostra.

Está correto o que se afirma APENAS em

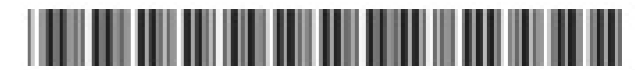
- (A) I e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

57. No curso de auditoria fiscal, o Auditor Fiscal do Estado do Mato Grosso analisou o estoque de determinada indústria no período de 2025, levando em consideração os estoques inicial e final, e verificou que o inventário físico de dezembro apresentava saldo significativamente inferior ao estoque escriturado na EFD. A diferença correspondia a mil unidades físicas a menor no estoque físico, equivalente ao valor de R\$ 220.000,00 em mercadorias.

A empresa informou que as mercadorias teriam sido "perdidas por avarias e vencimentos", mas não apresentou laudos, registros de baixa ou notas fiscais de saída correspondentes.

Considerando a lógica de auditoria fiscal e os mecanismos de presunção legal previstos no RICMS/MT, é certo que

- (A) a divergência de estoque só teria relevância se superior a 10% do faturamento anual.
- (B) o inventário físico não pode ser utilizado como elemento de prova fiscal.
- (C) a diferença de estoque é irrelevante para fins fiscais, pois não implica necessariamente fato gerador do ICMS.
- (D) a ausência de documentação para comprovação de baixa do estoque por perdas e avarias pode caracterizar presunção de saída de mercadorias não registrada ("sem documentação fiscal").
- (E) a fiscalização deve apenas exigir ajuste contábil, sem lavratura de auto de infração.



58. No curso de procedimento de auditoria fiscal em empresa comercial contribuinte do ICMS, o Auditor Fiscal do Estado do Mato Grosso analisou as aquisições de mercadorias registradas na EFD-ICMS/IPI e confrontou essas informações com as NF-e constantes no Portal Nacional da NF-e.

Verificou-se que determinadas mercadorias haviam sido recebidas fisicamente pela empresa e registradas no estoque, mas algumas NF-e correspondentes apresentavam inconsistências formais, enquanto outras não possuíam registro de autorização de uso na base da SEFAZ.

Sobre a Nota Fiscal Eletrônica, o Ajuste SINIEF 07/05 dispõe:

- (A) O arquivo digital da NF-e somente pode ser considerado documento fiscal após a concessão de autorização de uso pela administração tributária.
- (B) A circulação física da mercadoria é suficiente para convalidar eventual irregularidade formal da NF-e.
- (C) A simples existência do arquivo XML da NF-e, ainda que sem autorização de uso, é suficiente para caracterizá-la como documento fiscal idôneo.
- (D) A autorização de uso da NF-e implica validação do conteúdo tributário da operação pela administração tributária.
- (E) O destinatário não possui responsabilidade quanto à verificação da validade e autenticidade da NF-e recebida.

59. No âmbito de procedimento de fiscalização estadual do ICMS, um Auditor Fiscal do Estado do Mato Grosso foi designado para examinar a regularidade fiscal de uma indústria de médio porte. O trabalho de auditoria envolveu:

- a aquisição de uma máquina industrial destinada ao ativo imobilizado;
- a compra de insumos utilizados na industrialização;
- a venda de produtos industrializados a clientes contribuintes;
- a verificação do inventário físico de mercadorias ao final do exercício.

Durante a auditoria, o fiscal confrontou as informações constantes nas NF-e com os registros escriturados na EFD-ICMS/IPI, considerando que a EFD substitui, em meio digital, os livros fiscais tradicionais, incluindo Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do ICMS e o CIAP.

À luz das regras de escrituração fiscal digital e da sistemática prevista no RICMS/MT do ICMS,

- (A) o CIAP é utilizado exclusivamente para controle de estoques de mercadorias para revenda.
- (B) o inventário de mercadorias é elemento relevante para a auditoria do ICMS, pois repercute na apuração do imposto e é informado na EFD no Livro Registro de Inventário.
- (C) as aquisições de ativo imobilizado não precisam ser escrituradas no CIAP da EFD, pois o crédito de ICMS é controlado exclusivamente na contabilidade societária.
- (D) as compras de insumos industriais geram direito automático a crédito integral de ICMS, independentemente da vinculação com operação tributada de saída.
- (E) as vendas de produtos industrializados influenciam apenas o Livro de Saídas digital, não tendo reflexo na apuração do ICMS.

60. No desenvolvimento dos trabalhos, o auditor utiliza diferentes técnicas para obtenção de evidências suficientes e apropriadas, cada uma com finalidade específica e nível de confiabilidade distinto. A correta aplicação dessas técnicas contribui para a formação de uma opinião bem fundamentada.

Relacione as técnicas de auditoria da Coluna I às suas definições na Coluna II.

Coluna I – Técnicas:

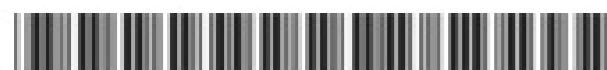
1. Exame e contagem física
2. Confirmação
3. Conferência de cálculos
4. Inspeção de documentos
5. Averiguação
6. Correlação

Coluna II – Definições

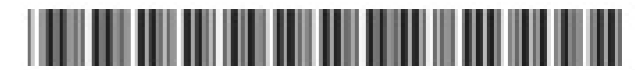
- () Obtenção de declaração escrita de terceiros independentes acerca de saldos ou operações.
- () Verificação aritmética da exatidão de somas, multiplicações e outros cálculos contábeis.
- () Verificação *in loco* da existência física de bens, numerário ou estoques.
- () Análise da coerência entre contas e registros relacionados pelo método das partidas dobradas.
- () Formulação de perguntas a funcionários ou administradores para esclarecer dúvidas sobre operações.
- () Exame da legitimidade e autenticidade de documentos que suportam as transações.

A sequência correta, de cima para baixo, está expressa em:

- (A) 2 – 3 – 4 – 6 – 5 – 1
- (B) 2 – 1 – 3 – 6 – 5 – 4
- (C) 2 – 3 – 1 – 5 – 6 – 4
- (D) 2 – 3 – 1 – 6 – 5 – 4
- (E) 3 – 2 – 1 – 6 – 5 – 4

**Estatística**

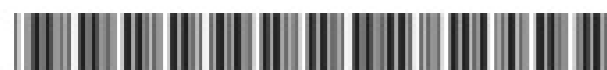
61. Um fiscal de tributos considera um teste de hipóteses estatístico para avaliar uma política pública, em que a Hipótese Nula (H_0) assume que a política não teve efeito na taxa de inadimplência. Um Erro Tipo I é
- (A) concluir que a política reduziu a inadimplência, quando na verdade ela não produziu efeito algum.
 - (B) a probabilidade de o teste identificar corretamente um efeito real quando ele existe (Poder do Teste).
 - (C) concluir que a política foi ineficaz, quando na verdade ela reduziu a inadimplência.
 - (D) a diferença natural e esperada entre a estatística da amostra e o parâmetro real da população (erro de amostragem).
 - (E) manter a Hipótese Nula (afirmar que nada mudou), quando ela é, na verdade, falsa.
-
62. Após realizar uma regressão linear pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), um analista examinou o gráfico de Resíduos (eixo Y) versus Valores Ajustados (eixo X). Ele notou que a dispersão dos pontos forma um padrão de 'funil' (ou cone), onde a variabilidade dos resíduos aumenta significativamente à medida que os valores ajustados crescem. Esse formato é indicativo de
- (A) erro de especificação funcional.
 - (B) heterocedasticidade.
 - (C) normalidade dos erros.
 - (D) multicolinearidade.
 - (E) autocorrelação.
-
63. Considere uma amostra x_1, \dots, x_n . Sabendo-se que nessa amostra a moda < mediana < média aritmética, então o valor m que minimiza $\sum_{i=1}^n (x_i - m)^2$ será
- (A) o valor mínimo da amostra.
 - (B) o valor máximo da amostra.
 - (C) a mediana amostral.
 - (D) a moda amostral.
 - (E) a média aritmética da amostra.
-
64. Sabe-se que 12% dos contribuintes de uma determinada base são selecionados em uma malha fiscal. Dentre os selecionados, 65% apresentam inconsistências graves, enquanto esse índice é de apenas 4% entre os contribuintes não selecionados. Ao escolher aleatoriamente um contribuinte que apresenta inconsistência grave, a probabilidade aproximada de ele ter sido selecionado na malha fiscal é de
- (A) 69%
 - (B) 95%
 - (C) 12%
 - (D) 33%
 - (E) 57%
-
65. Fraudes ocorrem, em média, duas vezes por mês em determinado segmento econômico. Assumindo um modelo de Poisson, a probabilidade de ocorrer pelo menos uma fraude em um mês é
- (A) e^{-1}
 - (B) $1 - 2e^{-2}$
 - (C) e^{-2}
 - (D) $1 - e^{-2}$
 - (E) $2e^{-2}$



66. Dentre as técnicas de *Machine Learning*, constitui um exemplo de aprendizado não supervisionado
- (A) k-NN.
 - (B) SVM com *kernel linear*.
 - (C) *k-means*.
 - (D) *Random Forest*.
 - (E) Regressão logística.
-
67. Uma Administração Tributária desenvolveu um modelo de aprendizado supervisionado para prever o risco de inadimplência tributária de contribuintes, com o objetivo de priorizar ações de fiscalização. Observou-se que o modelo apresenta excelente desempenho no conjunto de treinamento, mas desempenho significativamente inferior quando aplicado a novos contribuintes (conjunto de teste). Nesse caso, está ocorrendo
- (A) multicolinearidade, pois as variáveis explicativas são correlacionadas.
 - (B) erro de amostragem, pois a amostra é pequena.
 - (C) *underfitting*, pois o modelo é excessivamente simples.
 - (D) *overfitting*, pois o modelo capturou ruído específico da base de treino.
 - (E) heterocedasticidade, pois a variância dos erros não é constante.

Noções de Direito: Administrativo, Constitucional, Civil, Empresarial e Penal

68. O Estado "A" celebrou contrato administrativo com uma empresa para fornecimento de materiais pelo prazo de 2 anos. Decorridos apenas 3 meses, entrou em vigor uma lei estadual que aumentou significativamente a alíquota do ICMS sobre insumos essenciais à produção desses materiais, o que elevou os custos operacionais da empresa de forma imprevisível e impactou o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A Administração Pública sustenta que a elevação tributária decorre de política fiscal ampla, sem direcionamento ao contrato, e que a contratada deveria suportar integralmente o ônus por se tratar de risco inerente à atividade econômica. Considerando a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), no caso narrado, a revisão contratual é
- (A) vedada, pois a álea extraordinária só se aplica a fatos imprevisíveis decorrentes de eventos naturais.
 - (B) admissível, pois o aumento do custo operacional da contratada, ainda que previsível, autoriza a revisão automática do contrato.
 - (C) vedada, pois o aumento de tributos é considerado álea ordinária e integra os riscos assumidos pela empresa.
 - (D) admissível, pois o aumento de tributo pode caracterizar fato do príncipe, uma espécie de álea extraordinária.
 - (E) vedada, pois a Administração Pública não pode arcar com álea extraordinária decorrente de ato do Poder Legislativo.
-
69. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), em caso de ocorrência de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, ressalvadas as exceções legais, há responsabilidade
- (A) subsidiária do controlador quando o dano for decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.
 - (B) subsidiária do controlador, ainda que não tenha realizado o tratamento de dados que lhe é atribuído, ressalvado o direito de regresso.
 - (C) solidária do operador pelos danos causados pelo tratamento quando não tiver seguido as instruções lícitas ou ilícitas do controlador.
 - (D) solidária do controlador que estiver diretamente envolvido no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados.
 - (E) exclusiva do operador pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados.
-
70. De acordo com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica por atos lesivos contra a Administração Pública previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício é
- (A) cabível, desde que haja a responsabilização individual dos administradores da pessoa jurídica, sendo a imputação à empresa condicionada à comprovação da participação subjetiva de seus representantes legais.
 - (B) afastada no caso de incorporação, pois a sucessora assume integralmente a responsabilidade por tais atos, inclusive quanto às sanções de caráter patrimonial e à obrigação de reparação integral do dano.
 - (C) cabível para as sociedades estrangeiras que tenham sede, filial ou representação no Brasil, ainda que temporária, sendo irrelevante a comprovação de dolo ou culpa, em razão da responsabilidade objetiva.
 - (D) cabível, desde que tais atos sejam praticados exclusivamente pelos administradores da pessoa jurídica, exigindo-se a demonstração de vínculo direto entre a conduta individual e o benefício obtido pela empresa.
 - (E) afastada no caso de celebração de acordo de leniência e de cumprimento integral das condições do acordo, ressalvada a obrigação de reparar integralmente o dano causado ao erário.



71. Em sede de recuperação judicial de microempresas e de empresas de pequeno porte, nos termos da Lei nº 11.101/2005, o parcelamento dos créditos tributários é
- (A) admissível, desde que seja fixado prazo 20% inferior àquele regularmente concedido às demais empresas.
 - (B) admissível, desde que tais empresas apresentem plano especial de recuperação judicial.
 - (C) vedado por expressa determinação da lei, que apenas admite o parcelamento às demais empresas.
 - (D) admissível, desde que seja deferido pela Fazenda Pública, nos termos da legislação específica.
 - (E) admissível, desde que seja precedido de decisão fundamentada do juiz da recuperação judicial.
-
72. O crime de falsificação de selos destinados a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo
- (A) admite a modalidade culposa, desde que a falsificação resulte de imperícia ou negligência na manipulação de papéis públicos, gerando resultado involuntário semelhante ao de falsidade típica.
 - (B) não admite tentativa, pois a consumação ocorre somente quando o documento falsificado é efetivamente introduzido na circulação tributária, não havendo fase executória anterior penalmente relevante.
 - (C) configura crime de mão própria, pois exige que o agente detenha atribuição funcional específica relacionada à confecção ou manipulação de selos fiscais, sob pena de atipicidade da conduta.
 - (D) admite que a falsificação se realize tanto pela integral fabricação do objeto quanto pela modificação substancial de um selo ou papel autêntico, já que a lei equipara ambas as condutas à falsificação típica.
 - (E) configura crime material, consumando-se apenas quando o documento falsificado produz efeito jurídico concreto ou quando o agente obtém vantagem tributária indevida mediante seu uso.
-
73. O efeito *erga omnes* poderá ser conferido à decisão judicial na hipótese de
- (A) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, desde que haja provocação expressa das partes diretamente interessadas na matéria.
 - (B) edição de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal que trate de questão constitucional após reiteradas decisões sobre a matéria.
 - (C) suspensão pelo Senado Federal da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva dos Tribunais de Justiça locais.
 - (D) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal de forma automática, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão.
 - (E) suspensão pela Câmara dos Deputados da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
-
74. O Estado "A", diante da ausência de lei complementar federal sobre normas gerais de determinado imposto estadual, edita lei estadual disciplinando integralmente o imposto. Decorrido um ano, a União edita lei complementar estabelecendo normas gerais sobre o referido imposto, com algumas disposições diversas da lei do Estado "A". Diante da superveniência da lei federal, a eficácia da lei do Estado "A" deverá ser
- (A) suspensa em toda a sua extensão, até que o Estado edite nova lei local ajustada aos parâmetros da lei complementar federal, por força da prevalência hierárquica das normas gerais sobre a legislação estadual prévia.
 - (B) integralmente mantida, permitindo que a Administração Estadual utilize discricionariamente tanto a lei local quanto a lei complementar federal, conforme melhor atenda aos princípios da eficiência e da autonomia administrativa.
 - (C) integralmente revogada, pois a edição de lei complementar federal sobre normas gerais retira dos Estados qualquer espaço para legislação própria, inclusive para tratar de aspectos específicos ou suplementares.
 - (D) integralmente mantida, pois a superveniência da lei complementar federal não afeta a validade das normas estaduais editadas no exercício da competência legislativa plena, que se estabilizam como normas definitivas.
 - (E) suspensa somente nas disposições que conflitarem com as normas gerais estabelecidas pela União, subsistindo no que for compatível ou no que versar matéria específica não abarcada pela lei federal.
-
75. A empresa "A" celebrou contrato de venda de maquinário com a empresa "B" por preço muito abaixo do mercado. Os bens nunca foram retirados do estabelecimento e a compradora não possui capacidade financeira ou estrutura operacional. A operação ocorreu quando a empresa "A" já respondia por débitos de ICMS e o negócio buscava impedir futura constrição fiscal. De acordo com o Código Civil, esse negócio jurídico é
- (A) anulável, pois a simulação é causa legal de anulabilidade, podendo ser convalidada se não houver prejuízo ao Fisco.
 - (B) nulo, pois a celebração de contrato cujo preço é muito inferior ao de mercado torna o negócio juridicamente inexistente.
 - (C) anulável, podendo ser convalidado mediante prova de que a empresa vendedora não causou lesão à empresa compradora.
 - (D) nulo, pois constitui simulação destinada a fraudar terceiros, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
 - (E) válido, pois a capacidade econômica das partes é irrelevante para a validade e a eficácia do negócio jurídico celebrado.

**Inglês**

Atenção: Para responder às questões de números 76 a 78, baseie-se no texto seguinte.

Challenges in Auditing: Overcoming Barriers to Financial Accuracy and Compliance
By accountancy / December 7, 2024

Auditing is essential for ensuring financial integrity, regulatory compliance, and fraud detection in organizations. However, the audit process faces numerous challenges that can hinder its effectiveness, including evolving regulations, financial complexities, technological disruptions, and fraud risks. These challenges impact the accuracy, efficiency, and reliability of audit outcomes. This article explores some challenges in auditing and how organizations and auditors can address them.

As global economies grow more interconnected and digitalized, auditors are operating in an increasingly complex environment. According to the International Federation of Accountants (IFAC), the top challenges facing modern auditors include adapting to evolving financial technologies, maintaining independence amid client pressures, and addressing regulatory diversity across jurisdictions. Understanding these barriers is crucial for enhancing audit quality and sustaining investor confidence.

1. Evolving Accounting Standards and Regulations

*Audit teams often face difficulties **keeping pace with** ongoing updates from regulatory bodies like the International Accounting Standards Board (IASB) and the Financial Accounting Standards Board (FASB). These revisions, while aimed at improving transparency, require significant retraining, policy adjustments, and system reconfiguration within firms. Noncompliance can result in audit deficiencies or sanctions from oversight bodies such as the Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB).*

2. Compliance with Multiple Jurisdictions

Multinational corporations present complex challenges due to varying legal frameworks, tax systems, and currency translations. Auditors must coordinate across borders, often collaborating with local affiliates to ensure consistent audit quality under different reporting systems.

3. Regulatory Investigations and Legal Risks

- Failure to detect fraud or misstatements can lead to legal actions against auditors.
- Auditors may face reputational damage if their reports are later found inaccurate.
- **Example:** An audit firm facing legal action for failing to uncover fraudulent revenue reporting.

Recent corporate scandals – such as the collapses of Enron, Wirecard, and Carillion – have heightened scrutiny on auditors. Regulatory agencies now demand greater accountability, transparency, and documentation. This has increased professional liability and insurance costs for audit firms.

4. Fraud Risks and Ethical Challenges

- Companies may manipulate financial reports to inflate profits or hide losses.
- Auditors must apply forensic techniques to detect fraud effectively.
- **Example:** An organization overstating revenue to attract investors.

Fraudulent reporting remains a persistent global issue. According to the Association of Certified Fraud Examiners (ACFE), organizations lose an estimated 5% of annual revenue to fraud. This underscores the importance of professional skepticism and data-driven audit analytics in uncovering deceptive practices.

5. Auditor Independence and Conflict of Interest

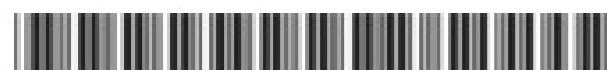
- Auditors may face pressure from management to overlook financial irregularities.
- Close relationships with clients can compromise audit independence.
- **Example:** An auditor receiving incentives to provide an unqualified audit opinion despite financial misstatements.

Maintaining independence is a cornerstone of audit ethics. The IFAC Code of Ethics emphasizes that even perceived conflicts of interest can erode trust. Audit rotation policies and separation of consulting services from audit work are key measures to preserve integrity.

(Disponível em: <https://auditingaccounting.com/challenges-in-auditing-overcoming-barriers-to-financial-accuracy-and-compliance>. Adaptado)

76. Segundo o texto, o sucesso de uma auditoria depende

- (A) do conhecimento atualizado do auditor em relação às novas tecnologias de inteligência artificial.
- (B) da capacidade do auditor de conhecer os padrões regulatórios das várias jurisdições em que a empresa atua.
- (C) de o auditor ter certificações profissionais e uma formação acadêmica adequada.
- (D) da forma como o auditor comunica não conformidades contábeis da empresa e de como sugere soluções ao seu cliente.
- (E) de o auditor ser capaz de avaliar, de forma detalhada, todas as atividades e processos da empresa que geraram fraudes.



77. Um sinônimo para *keeping pace with* na sentença "*Audit teams often face difficulties keeping pace with ongoing updates from regulatory bodies...*" é
- (A) *keeping an eye on.*
 - (B) *keeping company with.*
 - (C) *keeping up with.*
 - (D) *keeping clear of.*
 - (E) *keeping in touch with.*
-
78. De acordo com o texto,
- (A) um dos desafios enfrentados por auditores de empresas multinacionais é a falta de tradução atualizada de novas regulamentações internacionais.
 - (B) as novas demandas das agências reguladoras desagradaram às empresas de auditoria, pois exigem maior responsabilidade profissional.
 - (C) os auditores da Enron, Wirecard e Carillion foram responsabilizados legalmente por não terem reportado as fraudes contábeis das empresas.
 - (D) auditores que recebem incentivos da empresa para relevarem práticas fraudulentas devem ser imediatamente exonerados.
 - (E) uma das fraudes comuns é a empresa reportar lucros mais altos do que os reais para atrair investidores.
-

Princípios da Ética e filosofia

79. Durante a fiscalização tributária de uma empresa, o Auditor Fiscal constata que (I) a receita declarada é inferior à movimentação bancária; (II) o contador alega que é injusto exigir o cumprimento integral das obrigações acessórias porque a carga tributária brasileira é excessiva; e (III) o administrador afirma que empresas que sonham em crise econômica estão apenas se defendendo. Considerando a distinção filosófica entre juízos de fato e juízos de valor, o que consta em
- (A) I, II e III são juízos de valor, pois toda análise fiscal envolve julgamento moral sobre o comportamento do Auditor e do contribuinte.
 - (B) I é um juízo de fato, pois se baseia em dados verificáveis e contestáveis, enquanto II e III são juízos de valor, por exprimirem avaliações normativas.
 - (C) I, II e III são juízos de fato, pois se referem a situações fáticas verificáveis e contestáveis no contexto econômico e administrativo.
 - (D) II e III são juízos de fato, pois dizem respeito a avaliações sobre práticas que podem ser confirmadas ou refutadas empiricamente.
 - (E) I é um juízo de valor, pois atribui responsabilidade pela conduta da empresa, enquanto II e III são juízos de fato, por expressarem opiniões comuns e ordinárias.
-
80. No campo da filosofia moral, a distinção entre ética e moral relaciona-se ao papel da consciência crítica e da capacidade de fundamentar racionalmente valores e normas. Sob essa perspectiva, a ética constitui
- (A) um processo empírico de observação do comportamento humano, enquanto a moral é uma construção teórica independente da cultura.
 - (B) um conjunto de práticas profissionais e regras de conduta específicas, enquanto a moral se ocupa apenas de princípios universais.
 - (C) um conjunto de padrões culturais vigentes, enquanto a moral examina criticamente tais padrões para verificar sua legitimidade.
 - (D) uma reflexão filosófica que problematiza os valores e as normas morais, enquanto a moral refere-se ao sistema de regras, crenças e costumes que orientam o agir.
 - (E) um conjunto de valores aceitos pela coletividade, enquanto a moral define-se como análise crítica desses valores para determinar sua racionalidade.
-



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda de Mato Grosso
Concurso Público para Provimento de Vagas do cargo de
Fiscal de Tributos Estaduais – FTE

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

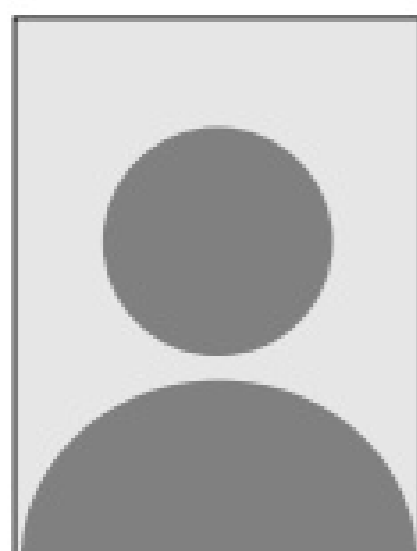
TIPO-005

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(Prova Objetiva 2)



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Compra-se o que tem preço. O que tem valor conquista-se!

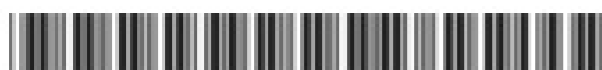
- Verifique se este caderno contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PROVA OBJETIVA 2
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Tecnologia da Informação

1. Um relatório de fiscalização foi elaborado para classificar contribuintes por valor total de crédito tributário, exigindo que empates recebam a mesma posição e que a numeração não apresente lacunas após empates. A função analítica Oracle que atende corretamente ao requisito é
 - (A) `LAG()` com ordenação por valor do crédito para determinar posição relativa.
 - (B) `COUNT()` como função analítica para produzir a posição sem empates.
 - (C) `ROW_NUMBER()` com ordenação por valor do crédito em ordem decrescente.
 - (D) `RANK()` com ordenação por valor do crédito em ordem decrescente.
 - (E) `DENSE_RANK()` com ordenação por valor do crédito em ordem decrescente.

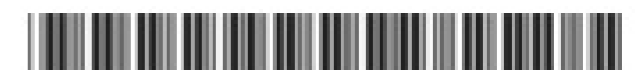
2. Em um processo anual de consolidação de arrecadação, totais de ICMS por município devem ser inseridos em uma tabela histórica a partir da tabela operacional, garantindo consistência do agregado no momento da inserção. A abordagem SQL no Oracle que melhor atende ao requisito é `INSERT`
 - (A) `ALL` sem agregação, delegando totalização para relatórios posteriores.
 - (B) `INTO ... SELECT ...` com `GROUP BY` por município para gerar uma linha por município.
 - (C) com subconsulta correlacionada no `SELECT` retornando múltiplas linhas por município.
 - (D) `INTO ... SELECT ...` com `SUM(...)` `OVER(PARTITION BY município)` mantendo todas as linhas.
 - (E) linha a linha por cursor implícito para cada município encontrado.

3. Uma Secretaria da Fazenda usa um sistema de arrecadação estadual em Oracle Database por onde múltiplos usuários executam consultas simultâneas como necessidade de processamento consistente de SQL. Nesse cenário e levando em conta a arquitetura básica do Sistema Gerenciador de banco de Dados, o componente que processa instruções SQL por meio de memória compartilhada e processos é
 - (A) a tablespace `SYSTEM`, que provê CPU e memória para execução de comandos.
 - (B) o dicionário de dados, que executa consultas e armazena os resultados em `cache` permanente.
 - (C) o Oracle Net Services, responsável por autenticação e execução de SQL no servidor.
 - (D) a instância Oracle, composta pela System Global Area e processos de segundo plano para executar SQL.
 - (E) o banco de dados físico, formado por `datafiles` e `control files` para interpretação de SQL.

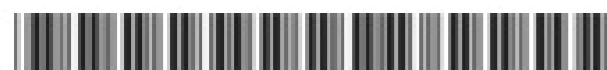
4. Em uma consulta para totalizar ICMS por município e retornar apenas municípios cujo total agregado ultrapasse um limite legal, considerando a ordem de avaliação das cláusulas SQL, a cláusula usada para filtrar resultados agregados após o agrupamento é
 - (A) `DISTINCT`, por eliminar automaticamente grupos abaixo do limite.
 - (B) `SELECT`, por aplicar predicados condicionais depois do `GROUP BY`.
 - (C) `HAVING`, por restringir grupos com base em funções de agregação.
 - (D) `WHERE`, por avaliar condições após a agregação por município.
 - (E) `ORDER BY`, por remover grupos que não atendem ao limite ao ordenar.

5. Um `data warehouse` relaciona NF-e (tabela `T_NFE`) a registros de pagamento (tabela `T_PAGAMENTO`, referenciada no SQL pelo alias `p`), com a necessidade de listar todas as NF-e autorizadas mesmo quando não exista pagamento associado e considera apenas pagamentos cuja coluna `situacao` esteja com valor `'CONFIRMADO'`. Nesse caso, a forma de impor a condição sobre `p.situacao` sem eliminar NF-e sem pagamento é
 - (A) usar `RIGHT JOIN` preservando `T_PAGAMENTO` e filtrar `p.situacao` no `WHERE`.
 - (B) usar `FULL OUTER JOIN` e filtrar `p.situacao` no `WHERE` para manter o conjunto.
 - (C) aplicar `p.situacao = 'CONFIRMADO'` na cláusula `ON` do `LEFT JOIN` com `T_PAGAMENTO`.
 - (D) aplicar `p.situacao = 'CONFIRMADO'` na cláusula `WHERE` após o `LEFT JOIN`.
 - (E) substituir o `LEFT JOIN` por `INNER JOIN` e manter o predicado no `ON`.

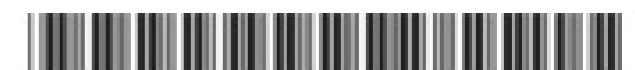
6. Deseja-se obter a apuração do total de ICMS por município e, a partir desse resultado intermediário, retornar apenas municípios cujo total esteja acima da média estadual, usando SQL Oracle com legibilidade e reúso do resultado agregado. Para isso, a estrutura adequada deve usar
 - (A) Common Table Expression (`WITH`) para total por município e, na consulta final, filtrar por comparação com a média.
 - (B) `SUM` e `AVG` na mesma lista `SELECT` sem separar níveis de agregação.
 - (C) `HAVING` com subconsulta que referencia a própria consulta agregada sem CTE.
 - (D) subconsulta correlacionada no `SELECT` para recalculer o total de cada município em cada linha.
 - (E) `GROUP BY` e aplicar `WHERE` comparando diretamente com `AVG(total)` no mesmo nível.



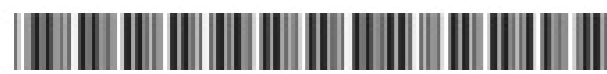
7. Uma auditoria fiscal mantém um `ndarray` 3D com dimensões `[exercício, município, tributo]` e precisa aplicar um vetor 1D de ajustes aditivos por exercício sem laços explícitos, preservando vetorização. Para isso, deve-se
- (A) somar o vetor 1D ao `array` 3D usando *broadcasting* no eixo de exercício (com forma compatível).
 - (B) transpor eixos e iterar com `for` para aplicar a correção em cada fatia.
 - (C) aplicar `np.tile()` para replicar explicitamente o vetor em todas as dimensões antes de somar.
 - (D) converter o `ndarray` para listas aninhadas e aplicar a correção com compreensões de lista.
 - (E) usar `np.vectorize()` para iterar "implicitamente" e manter desempenho equivalente à vetorização.
-
8. Em Python, utilizando a biblioteca Pandas, considere um `DataFrame` com arrecadação diária de ICMS, coluna `município` e índice `datetime`, e a necessidade de obter o total mensal por município sem perder granularidade temporal correta. Nesse caso, a operação que atende corretamente ao requisito apresentado é
- (A) converter o índice em `string` e usar `pivot_table` para forçar agregação mensal.
 - (B) usar `rolling('30D').sum()` por município para aproximar o mês civil.
 - (C) `df.groupby('município').sum().resample('M')` para agregar e depois reagrupar por mês.
 - (D) `df.resample('M').sum().groupby('município')` para somar e depois agrupar por município.
 - (E) `df.groupby(['município', pd.Grouper(freq='M')]).sum()` para agrupar por município e mês.
-
9. Considere a descontinuidade de um módulo tributário após mudança normativa e a necessidade de remover definitivamente uma tabela de arrecadação e seus dados do esquema Oracle, respeitando regras de DDL. Nesse caso, a ação mais adequada é
- (A) executar `TRUNCATE TABLE` para remover a definição do objeto do dicionário.
 - (B) criar outra tabela com o mesmo nome para sobrescrever a existente.
 - (C) executar `ALTER TABLE` para limpar os dados e remover a definição do objeto.
 - (D) executar `DROP TABLE` para remover a tabela e seus dados do banco.
 - (E) executar `DELETE` sem `WHERE` para eliminar a estrutura e os metadados.
-
10. Em um sistema estadual, toda inserção ou alteração de lançamentos fiscais deve gerar auditoria automática com valores anteriores e novos, sem intervenção da aplicação. Respeitando os modelos de estrutura DML do Oracle, a solução técnica mais adequada consiste na criação de
- (A) um *trigger* de nível de instrução que calcula agregações e grava um resumo da mudança.
 - (B) um *job* agendado que varre periodicamente a tabela e infere mudanças por comparação.
 - (C) uma *procedure* executada após cada `INSERT/UPDATE` na tabela.
 - (D) uma função armazenada associada à tabela para capturar alterações em tempo de execução.
 - (E) um *trigger* DML de nível de linha usando qualificadores `:OLD` e `:NEW` para registrar auditoria.
-
11. Em uma SEFAZ, a tabela `PAGAMENTO_ICMS` possui valores pagos por contribuinte e exercício, e a necessidade de retornar apenas contribuintes cujo pagamento em um exercício seja maior que a média do próprio exercício, calculada dinamicamente. Nesse caso, a construção SQL que atende corretamente ao que se deseja é
- (A) *subquery* correlacionada no `WHERE` comparando o valor com a média do mesmo exercício.
 - (B) *subquery* escalar no `SELECT` que calcula a média, substituindo a necessidade de filtragem.
 - (C) *subquery* no `FROM` que calcula média global e compara sem separar por exercício.
 - (D) `AVG(...)` `OVER(...)` aplicado diretamente na cláusula `WHERE` da mesma consulta.
 - (E) `HAVING` sem `GROUP BY` para restringir pagamentos acima da média do exercício.
-
12. Em uma *data warehouse* em que `ARRECADACAO_ICMS` registra valores mensais por contribuinte e exercício, e sendo necessário exibir cada mês mantendo a granularidade, mas também o total anual por contribuinte em cada linha, a abordagem mais adequada é utilizar `SUM(valor_icms)`
- (A) `OVER(PARTITION BY exercício)` e filtrar contribuinte em etapa posterior.
 - (B) em subconsulta correlacionada por mês para simular janela analítica, pois reduz a complexidade.
 - (C) `OVER()` para retornar o total geral do estado em todas as linhas.
 - (D) `OVER(PARTITION BY contribuinte_id, exercício)` para total anual por contribuinte.
 - (E) `OVER(ORDER BY exercício)` para total anual isolado por contribuinte.
-
13. Uma SEFAZ recebe uma lista de dicionários Python com `{cnpj, valor_icms, status}` e precisa totalizar o ICMS por CNPJ, desconsiderando registros com `status != "VALIDO"`, sem bibliotecas externas. Nesse caso, a abordagem mais adequada é
- (A) converter a lista em tuplas e aplicar `reduce()` sem filtragem, pois a redução substitui validações condicionais.
 - (B) implementar um dicionário acumulador por CNPJ, somando `valor_icms` apenas quando `status == "VALIDO"`.
 - (C) ordenar a lista por CNPJ e aplicar `sum()` sobre todos os valores, assumindo que o `status` não altera o total.
 - (D) aplicar `max()` por CNPJ para representar o total devido, pois o maior lançamento reflete a arrecadação.
 - (E) converter os registros em *set* para remover duplicidades e então aplicar `sum()` nos valores remanescentes quando `status == "VALIDO"`.



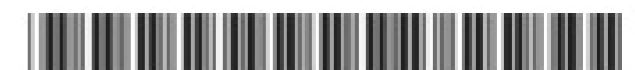
14. Uma SEFAZ precisa armazenar grandes volumes de NF-e/CT-e e declarações em múltiplos formatos, preservando dados originais para auditoria e permitindo leitura com esquemas definidos na consulta. A arquitetura que atende adequadamente a essa necessidade é:
- (A) Banco OLTP com `schema-on-select` normalizado com histórico analítico consolidado e consultas agregadas.
 - (B) *Data Warehouse* com ETL completo antes de qualquer persistência no armazenamento.
 - (C) *Data Warehouse* relacional com `schema-on-write` e modelagem dimensional prévia.
 - (D) *Data Mart* departamental com escopo restrito a relatórios de arrecadação configurados com `schema-on-search`.
 - (E) *Data Lake* com `schema-on-read` para ingestão e retenção de dados brutos multiformato.
-
15. Considere um ambiente fazendário com *petabytes* de documentos fiscais em *cluster*, exigindo armazenamento distribuído tolerante a falhas e também execução de análises iterativas com menor leitura repetida em disco. Nesse cenário, a combinação de sistema/framework que atende corretamente às necessidades é:
- (A) Spark SQL para replicação de blocos e HDFS para execução de *jobs* em memória.
 - (B) Sqoop para armazenamento distribuído e Flume para processamento analítico iterativo.
 - (C) YARN para armazenamento e Hive para processamento iterativo em memória.
 - (D) HBase para armazenamento de arquivos e MapReduce para análises iterativas com *cache* em memória.
 - (E) HDFS para armazenamento distribuído e Apache Spark para processamento distribuído com uso intensivo de memória.
-
16. Em Python, utilizando a biblioteca Pandas, uma fiscalização estadual cruza um DataFrame de autos de infração (`df_autos`) com outro de cadastro de contribuintes (`df_cad`), ambos indexados por CNPJ, e precisa preservar todos os autos mesmo sem cadastro correspondente. Nessa situação, a operação adequada é
- (A) `df_cad.merge(df_autos, how="right", on="CNPJ")` sem alinhar índices explicitamente.
 - (B) `df_autos.merge(df_cad, how="outer", left_index=True, right_index=True)` para incluir todos.
 - (C) `df_autos.merge(df_cad, how="inner", left_index=True, right_index=True)`
 - (D) `df_autos.join(df_cad, how="left")`
 - (E) `pd.concat([df_autos, df_cad], axis=1, join="inner")`
-
17. Em Python, utilizando bibliotecas de visualização de dados, uma SEFAZ precisa comunicar a evolução mensal de arrecadação (índice temporal) em relatório institucional, com título e rótulos explícitos de eixos. Nesse caso, o tipo de gráfico e a prática que atendem corretamente ao requisito apresentado é usar
- (A) gráfico de barras empilhadas por mês como padrão para séries contínuas.
 - (B) gráfico de área para indicar total acumulado mesmo quando a métrica não é cumulativa.
 - (C) gráfico de linha e ajustar título/rótulos via `Matplotlib` (`set_title`, `set_xlabel`, `set_ylabel`)
 - (D) `boxplot` mensal para representar tendência temporal pela mediana de cada mês.
 - (E) gráfico de dispersão para substituir linha e evitar ordenação temporal do índice.
-
18. Em Python, utilizando bibliotecas de visualização de dados, um setor de fiscalização compara valores de autos de infração por tipo de tributo para identificar assimetria e possíveis *outliers* de forma padronizada. Nesse caso, a técnica de visualização que atende corretamente ao requisito apresentado é:
- (A) Gráfico de área empilhada por tributo, destacando proporções relativas.
 - (B) `Flexplot` por dispersão com *jitter* sem estatística resumida por categoria.
 - (C) Gráfico de linhas, usando o tipo de tributo no eixo X para sugerir continuidade.
 - (D) `Boxplot` por categoria com `Seaborn`, permitindo comparar quartis e *outliers* entre tributos.
 - (E) Gráfico de barras de médias por tributo, pois a média é suficiente para detectar *outliers*.
-
19. Considerando um *pipeline* diário que consolida arquivos fiscais CSV/JSON de sistemas legados para relatórios de arrecadação e que utiliza Pandas para padronizar datas, normalizar códigos e agregar valores, a etapa que caracteriza corretamente a transformação no processo ETL é
- (A) extrair incrementalmente dos sistemas transacionais por conectores de origem.
 - (B) padronizar tipos, corrigir chaves de referência e agregar por contribuinte antes da carga final.
 - (C) ler CSV/JSON e armazenar os arquivos brutos em diretório central sem alterações.
 - (D) replicar dados brutos no *data lake* para retenção histórica e auditoria.
 - (E) persistir os dados consolidados em banco analítico para consumo de BI.
-
20. Uma SEFAZ carrega dados fiscais brutos em um *data lake* para retenção e só realiza transformações sob demanda no ambiente analítico. Nesse caso, o padrão de engenharia de dados adequado é
- (A) ELT, pois a carga ocorre primeiro e a transformação é posterior conforme necessidade.
 - (B) ETL, pois o *data lake* é necessariamente um destino final e não permite transformação posterior.
 - (C) ETL, pois a transformação precisa ocorrer antes de qualquer persistência.
 - (D) Streaming ETL, pois retenção histórica implica processamento em tempo real.
 - (E) ETL paralelo, pois o *data lake* substitui a etapa de transformação por particionamento.



21. Considere a segmentação de contribuintes por perfil de comportamento fiscal com variáveis numéricas padronizadas e a necessidade de reduzir sensibilidade à inicialização e estabilizar agrupamentos ao longo do tempo. A prática técnica mais adequada ao aplicar K-Means ao cenário descrito é
- (A) definir k apenas por julgamento especialista, evitando métricas internas de validação.
 - (B) trocar a distância para Manhattan, o que impacta positivamente na geometria e na convergência do algoritmo.
 - (C) usar k-means++ e múltiplas inicializações, selecionando a solução com menor inércia.
 - (D) fixar centroides por quartis das variáveis originais, garantindo melhor separação dos grupos.
 - (E) manter os dados padronizados, mas priorizar a magnitude fiscal original na distância (por reponderação), sendo positivo para a formação dos *clusters*.
-
22. Considerando a aplicação de Isolation Forest para identificar contribuintes com comportamento atípico em dados sem rótulos de fraude, com variáveis contínuas e distribuição assimétrica, o princípio técnico que fundamenta corretamente a detecção de anomalias no cenário descrito é:
- (A) Pontos isolados com menos partições aleatórias tendem a ter menor profundidade média e maior escore de anomalia.
 - (B) O método assume relação linear entre variáveis para projetar uma fronteira separável em espaço reduzido.
 - (C) A técnica mede distância ao centroide global e classifica como anomalia o que excede um limiar fixo.
 - (D) Pontos anômalos são aqueles com maior densidade local quando comparados aos vizinhos mais próximos.
 - (E) O método ajusta distribuições paramétricas por variável e sinaliza desvios por baixa probabilidade conjunta.
-
23. Uma Secretaria da Fazenda analisa declarações fiscais sem rótulos prévios para identificar padrões de comportamento econômico atípico entre contribuintes, visando a subsidiar auditorias. A abordagem de aprendizado de máquina corretamente aplicada ao cenário descrito é
- (A) por reforço, com recompensas associadas a decisões de fiscalização em sequência temporal.
 - (B) supervisionado, com uso de curva ROC para separar contribuintes sem histórico rotulado.
 - (C) supervisionado, com treinamento a partir de classes de regularidade tributária.
 - (D) não supervisionado, com identificação de estruturas e agrupamentos sem variável-alvo definida.
 - (E) supervisionado, com definição manual de regras fiscais como variável-alvo do treinamento.
-
24. Um classificador de risco de inadimplência foi treinado com histórico fiscal, que apresenta desempenho elevado no treino e queda consistente em dados novos, mesmo com validação adequada. O fenômeno técnico caracterizado no cenário descrito é
- (A) *Overfitting*, por adaptação excessiva ao conjunto de treinamento e baixa generalização.
 - (B) *Underfitting*, por ocorrer quando há divisão entre treino e teste sem estratificação.
 - (C) *Underfitting*, por incapacidade de representar os padrões presentes no conjunto de treinamento.
 - (D) *Underfitting*, por decorrer de baixa variância do modelo em problemas desbalanceados.
 - (E) *Overfitting*, por ocorrer quando a AUC-ROC do teste se aproxima do desempenho aleatório.
-
25. Uma SEFAZ faz a análise de milhões de notas fiscais eletrônicas com relações não lineares, presença de ruído e necessidade de reduzir autuações indevidas decorrentes de variância do modelo. Nesse cenário, o algoritmo adequado para ser utilizado é
- (A) XGBoost, por maximizar ajuste aos dados sem necessidade de controle de profundidade.
 - (B) Sistema baseado em regras fiscais, por incorporar conhecimento especialista e reduzir ruído estatístico.
 - (C) Regressão Logística, por capturar relações não lineares sem engenharia de atributos.
 - (D) Classificador linear, por minimizar complexidade e manter desempenho em padrões heterogêneos.
 - (E) Random Forest, por reduzir variância via agregação de múltiplas árvores treinadas com amostragem.
-
26. Ao analisar grandes volumes de notas fiscais eletrônicas para apoio à fiscalização estadual, uma equipe de TI aplica estatística descritiva para compreender o comportamento dos valores declarados por contribuintes, considerando distribuições assimétricas, presença de valores extremos e necessidade de subsidiar modelos de inteligência artificial. A aplicação tecnicamente adequada das medidas de tendência central e de dispersão nesse cenário ocorre quando se
- (A) adota a moda como principal medida de tendência central para séries numéricas contínuas, associando-a à variância como medida de dispersão, por refletirem com maior precisão o comportamento predominante dos dados fiscais.
 - (B) prioriza o uso do desvio padrão, o qual substitui outras medidas de dispersão, porque assim, assumindo normalidade implícita dos dados e empregando a média ponderada para reduzir o impacto de *outliers* na análise fiscal, as medidas serão precisas.
 - (C) aplicam a média e a variância após exclusão prévia de valores extremos, garantindo homogeneidade da amostra, e se utiliza a amplitude total como medida suficiente para caracterizar a dispersão dos dados e a dessincronização dos parâmetros que interferem nas medições.
 - (D) combina a mediana como medida de tendência central mais robusta em distribuições assimétricas com a utilização do intervalo interquartil como medida de dispersão, reduzindo a influência de valores extremos e fornecendo base estatística mais estável para análises exploratórias e modelos analíticos de fiscalização.
 - (E) utiliza a média aritmética como medida representativa dos valores fiscais, complementando a análise com o desvio padrão, mesmo em distribuições assimétricas, por ser a abordagem mais utilizada em sistemas analíticos corporativos.



27. Uma Secretaria da Fazenda utiliza um sistema analítico para identificar subdeclaração de receitas. O sistema funciona testando a conformidade dos dados de um contribuinte contra um padrão esperado (Hipótese Nula). O analista de TI, ao configurar os parâmetros do teste, interpretar os resultados para decidir se uma auditoria presencial será aberta e fundamentar a fiscalização tecnicamente deve considerar que
- (A) a estatística descritiva (média e desvio padrão) torna os testes de hipóteses e o p-valor desnecessários, pois qualquer valor fora de dois desvios padrão deve ser considerado fraude comprovada, sem necessidade de inferência probabilística.
 - (B) o Erro Tipo I e o Erro Tipo II são falhas exclusivas do algoritmo de inteligência artificial e não podem ser controlados ou minimizados pelo analista através do ajuste do nível de significância (alfa) do teste.
 - (C) a hipótese alternativa (H_1) seja formulada como a situação de normalidade, enquanto a hipótese nula (H_0) deve expressar a fraude; nesse cenário, o Erro Tipo I ocorre quando o sistema falha em detectar uma irregularidade real.
 - (D) o p-valor representa a probabilidade exata de o contribuinte ser inocente; portanto, ao encontrar um p-valor elevado, o sistema deve automaticamente gerar um alerta de fraude para evitar a ocorrência do Erro Tipo II.
 - (E) a hipótese nula (H_0) é a afirmação de "não irregularidade" a ser testada; o p-valor mede quão compatíveis os dados observados são com essa hipótese, sendo que o Erro Tipo I ocorre ao acusar indevidamente um contribuinte (rejeitar H_0 verdadeira) e o Erro Tipo II ocorre ao liberar um fraudador (não rejeitar H_0 falsa).
-
28. Um Fiscal de uma Secretaria da Fazenda está desenvolvendo um modelo para prever o ICMS esperado de empresas do setor varejista. Ele analisa variáveis como faturamento bruto, número de funcionários e volume de notas emitidas. Para garantir que o modelo seja robusto e resista a questionamentos técnicos, ele deve
- (A) utilizar a correlação para medir a força da associação entre as variáveis e aplicar a regressão para modelar como o ICMS reage a variações no faturamento e outras variáveis, respeitando pressupostos como a análise de resíduos e a ausência de multicolinearidade.
 - (B) confiar que sistemas de Inteligência Artificial eliminam a necessidade de validação estatística, uma vez que a regressão múltipla automatizada gera coeficientes que ignoram a distribuição original dos dados e a relação entre as variáveis de entrada.
 - (C) utilizar o coeficiente de correlação para provar a causalidade direta, ou seja, demonstrar que o aumento no número de funcionários causa o aumento do ICMS, o que permite dispensar modelos de regressão complexos na malha fiscal.
 - (D) evitar o uso de regressão linear simples quando houver alta correlação entre variáveis independentes, pois esse fenômeno, chamado multicolinearidade, é restrito à regressão simples e impede a identificação de comportamentos atípicos.
 - (E) aplicar a regressão linear múltipla apenas se todas as variáveis explicativas tiverem correlação forte e positiva entre si, garantindo que o modelo de detecção de inconsistências não apresente margem de erro.
-
29. O corpo técnico de uma Secretaria da Fazenda planeja implementar um sistema de monitoramento de riscos para lotes de notas fiscais. O histórico aponta que 2% das declarações apresentam erros graves. Paralelamente, os valores de ICMS por operação seguem uma distribuição normal com média de R 80.000 e desvio padrão de R 10.000. Ao configurar os parâmetros de alerta do sistema, o auditor deve aplicar os modelos probabilísticos de forma que
- (A) as notas fiscais com valores superiores a R 110.000 sejam classificadas como risco máximo por representarem valores que excedem três desvios padrão acima da média, o que estatisticamente atinge cerca de 5% da população total de notas em uma distribuição normal.
 - (B) a Distribuição Exponencial seja utilizada para prever o valor total de ICMS a ser arrecadado no mês, assumindo que a soma de variáveis aleatórias independentes (como os valores das notas) converge para uma distribuição de decaimento constante.
 - (C) o número de erros graves em lotes fixos de 500 declarações seja modelado pela Distribuição Binomial, com parâmetros $n = 500$ e $p = 0,02$, podendo, para fins de simplificação no cálculo de probabilidades como $P(X > N)$, ser aproximado pela Distribuição de Poisson, com parâmetro $\lambda = n \cdot p = 10$.
 - (D) o intervalo de confiança para valores de ICMS considerados esperados seja definido entre R 60.000 e R 100.000, o que, pela regra empírica da distribuição normal, cobrirá aproximadamente 68% de todas as operações fiscais, sinalizando como atípicas aquelas fora desse intervalo.
 - (E) a probabilidade de um fiscal encontrar a primeira declaração irregular após a décima tentativa seja calculada por meio da Distribuição Binomial, utilizando $n = 10$ e $p = 0,02$, por ser este o modelo adequado para descrever o tempo ou número de ensaios até a ocorrência do primeiro sucesso.
-
30. Um analista de uma Secretaria da Fazenda precisa apresentar um relatório sobre a arrecadação média de ICMS de um setor comercial. Para que o relatório tenha validade técnica, ele decide utilizar uma amostra aleatória e construir um intervalo de confiança para a média populacional. Visando a otimizar a precisão da fiscalização, garantindo a correta aplicação dos fundamentos de inferência, e a reduzir a margem de erro, mantendo um nível de confiança elevado, o analista deve
- (A) interpretar o intervalo de confiança como uma garantia de que qualquer nota fiscal selecionada individualmente no futuro apresentará um valor de ICMS situado entre os limites inferior e superior estabelecidos pela amostra atual.
 - (B) restringir a utilização da média aritmética da amostra como valor absoluto de arrecadação, variando a moda na construção do intervalo de confiança sempre que a população de contribuintes for considerada finita e conhecida pela base de dados da Secretaria.
 - (C) reduzir o nível de confiança de 99% para 90% caso o objetivo seja obter uma faixa de valores mais estreita e precisa, aceitando um risco maior de que a verdadeira média populacional não esteja contida no intervalo calculado.
 - (D) aumentar o tamanho da amostra quando desejar reduzir a margem de erro da estimativa sem precisar abrir mão de um nível de confiança elevado, garantindo assim uma estimativa mais robusta para o orçamento estadual.
 - (E) considerar a média ponderada durante o cálculo do erro padrão, uma vez que, em auditorias de grandes volumes de dados (*Big Data*), a variabilidade dos valores declarados deixa de influenciar a largura do intervalo de confiança.



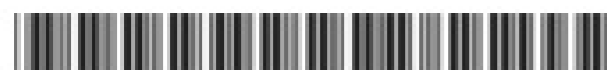
31. O arquiteto de dados de uma Secretaria da Fazenda está projetando o novo banco de dados para o sistema de Arrecadação. O modelo precisa garantir que nenhum Pagamento seja registrado sem estar vinculado a um Contribuinte válido e que cada Estabelecimento seja identificado de forma exclusiva. Para assegurar a integridade e a consistência do ecossistema fiscal, o analista deve
- (A) tratar os Atributos como as conexões entre tabelas distintas e usar os Relacionamentos para descrever as colunas internas. Nesse cenário, permitir que a Chave Primária receba valores nulos (*null*) em casos de cadastros provisórios de empresas.
 - (B) considerar que Entidades e Atributos são elementos facultativos no modelo relacional, desde que os dados estejam em Terceira Forma Normal, utilizando chaves primárias e estrangeiras apenas para acelerar as buscas (índices).
 - (C) utilizar os relacionamentos lógicos para substituir as chaves estrangeiras, confiando que a integridade entre as tabelas será garantida apenas pelo código do sistema, o que torna as restrições (*constraints*) do banco de dados opcionais.
 - (D) definir as Entidades como os objetos do mundo real, usar os Atributos para detalhar suas características e estabelecer a Chave Primária para identificar cada registro de forma única, enquanto a Chave Estrangeira é utilizada para conectar as tabelas e garantir a Integridade Referencial.
 - (E) configurar a Chave Estrangeira para identificar cada linha dentro de sua própria tabela e reservar a Chave Primária para fazer o vínculo com tabelas externas, especialmente em tabelas de grande volume como a de Notas Fiscais.

32. Uma Secretaria da Fazenda Estadual mantém um sistema corporativo de controle de lançamentos tributários. O modelo inicial utiliza:

LANÇAMENTO_FISCAL (CPF_Contribuinte, Nome_Contribuinte, Endereço, Código_Tributo, Descrição_Tributo, Alíquota, Número_Lançamento, Data_Lançamento, Valor_Devido)

Auditorias internas identificaram redundâncias, anomalias de atualização e inconsistências históricas, especialmente quando há alteração de alíquotas e atualização cadastral de contribuintes. Diante disso, a equipe de TI decidiu reestruturar o modelo aplicando normalização até a Terceira Forma Normal (3FN), sob a perspectiva estritamente estrutural, desconsiderando requisitos de histórico temporal ou versionamento de dados e respeitando dependências funcionais clássicas e integridade referencial. Considerando a aplicação prática das formas normais nesse contexto, a técnica que representa corretamente um modelo em 3FN é:

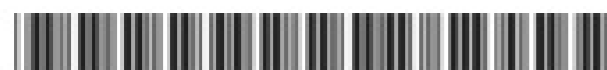
- (A) Modelar entidades distintas para Contribuinte, Tributo e Lançamento Fiscal, assegurando que os atributos cadastrais do contribuinte dependam exclusivamente do CPF; os atributos descrição e alíquota dependam apenas do Código_Tributo; e a tabela de Lançamento contenha somente chaves estrangeiras e atributos diretamente relacionados ao evento do lançamento.
 - (B) Estruturar o modelo em Contribuinte, Tributo e Lançamento Fiscal, mantendo, porém, a alíquota também na tabela de lançamento para garantir rastreabilidade histórica, considerando que a duplicidade é aceitável desde que exista consistência lógica controlada por regras de aplicação.
 - (C) Decompor a relação original em tabelas de Contribuinte e Lançamento Fiscal, mantendo os atributos de tributo (descrição e alíquota) na tabela de lançamento, sob o argumento de que a alíquota está funcionalmente associada ao momento do lançamento e, portanto, não caracteriza dependência transitiva.
 - (D) Criar tabelas independentes para Contribuinte, Tributo e Lançamento Fiscal, permitindo que a tabela de Tributo possua múltiplos registros por código, diferenciados pela data de vigência da alíquota, mesmo sem uma entidade específica de histórico, assumindo que isso não compromete a 3FN por se tratar de dependência temporal.
 - (E) Separar Contribuinte e Tributo em entidades próprias, mas manter na tabela de Lançamento Fiscal tanto o Código_Tributo quanto a Descrição_Tributo, visando reduzir junções em consultas analíticas, aceitando a duplicação controlada como compatível com a 3FN em ambientes de *Data Warehouse* operacional.
33. O Diretor de TI de uma Secretaria da Fazenda precisa modernizar a arquitetura de dados da fiscalização, que atualmente lida com cadastros de contribuintes armazenados em tabelas relacionais, Notas Fiscais Eletrônicas em formato XML e relatórios de fiscalização em PDF e texto livre (linguagem natural), em geral tratados como dados não estruturados para fins arquiteturais e analíticos, podendo demandar técnicas de extração e processamento para uso sistemático. Para garantir que a estratégia de armazenamento e análise seja eficiente e compatível com as características desses diferentes tipos de dados, o analista responsável deve classificá-los e tratá-los considerando que
- (A) a infraestrutura fazendária deve focar em dados estruturados, pois qualquer informação textual ou documental de fiscalização pode ser convertida automaticamente em colunas de tabelas sem perda de contexto ou significado para o fisco.
 - (B) os dados estruturados possuem esquema rígido e organização tabular; os semiestruturados possuem metadados e organização hierárquica que permitem flexibilidade; e os não estruturados carecem de um modelo predefinido, exigindo ferramentas específicas de processamento e análise para coexistirem no ecossistema de fiscalização.
 - (C) os dados estruturados, como os cadastros de contribuintes, possuem esquema flexível e ausência de organização fixa, sendo ideais para armazenar documentos XML sem necessidade de validação ou transformação para o modelo relacional.
 - (D) os dados não estruturados possuem esquemas rígidos e tabelas normalizadas previamente definidas, o que permite sua inserção direta em bancos de dados SQL transacionais para consultas imediatas.
 - (E) os dados semiestruturados, como o XML das Notas Fiscais, são caracterizados pela ausência de metadados e organização hierárquica, devendo ser tratados apenas como objetos binários para evitar a complexidade da extração de campos específicos.



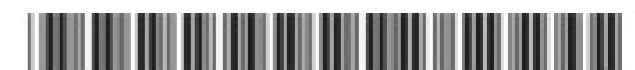
34. Em uma Secretaria da Fazenda, a fiscalização eletrônica utiliza dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e da Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI) para cruzamentos automatizados, identificação de inconsistências e apoio à auditoria tributária. Esses documentos possuem estruturas padronizadas que organizam informações cadastrais, fiscais e operacionais em campos e registros específicos. Para tanto, a equipe técnica responsável por essa implementação deve considerar que:
- (A) A estrutura da NF-e não prevê separação entre dados do emitente e do destinatário, pois essas informações são inferidas a partir do certificado digital; na EFD ICMS/IPI, os blocos são organizados por período fiscal, sem distinção entre registros cadastrais, documentos fiscais e apuração de tributos.
 - (B) Tanto a NF-e quanto a EFD ICMS/IPI utilizam estruturas livres de padronização rígida de campos e registros, permitindo que cada unidade federativa defina seus próprios grupos XML e blocos de escrituração conforme necessidades locais de fiscalização.
 - (C) No XML da NF-e, informações essenciais para a fiscalização, como identificação da operação, emitente, destinatário, produtos, tributos e totais, estão organizadas em grupos como *ide*, *emit*, *dest*, *det* e *total*; já na EFD ICMS/IPI, dados fiscais relevantes são estruturados em blocos, como Bloco C (documentos fiscais de mercadorias), Bloco E (apuração do ICMS) e Bloco 0 (cadastro e abertura do arquivo), permitindo validações e cruzamentos eletrônicos.
 - (D) A NF-e concentra os dados fiscais principais no grupo *infAdic*, enquanto os dados cadastrais do contribuinte são armazenados fora do XML principal; na EFD ICMS/IPI, os registros de apuração do imposto estão restritos ao Bloco C, sendo os demais blocos utilizados para informações acessórias sem impacto fiscal.
 - (E) No XML da NF-e, os tributos incidentes sobre as operações são informados no grupo *total*, sem detalhamento por item; na EFD ICMS/IPI, os dados de documentos fiscais são consolidados diretamente no Bloco E, dispensando a escrituração detalhada de notas fiscais nos registros do Bloco C.
-
35. Em uma Secretaria da Fazenda, a área de TI conduz projetos de desenvolvimento e evolução de sistemas corporativos, como módulos de arrecadação, fiscalização eletrônica e integração com o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. Parte desses projetos possui requisitos bem definidos e estabilidade normativa, enquanto outros demandam adaptações frequentes em função de mudanças legais e necessidades da fiscalização. A não atenção às características específicas que distinguem modelos de gestão de projetos tradicionais daquelas dos métodos ágeis pode conduzir ao sucesso ou ao fracasso do projeto. Para a aplicação da metodologia correta, a equipe técnica deve considerar que
- (A) a principal diferença entre métodos tradicionais e ágeis está no uso de ferramentas tecnológicas, sendo que métodos ágeis exigem plataformas específicas de automação e os modelos tradicionais dependem de controles manuais e relatórios físicos.
 - (B) métodos tradicionais e ágeis em projetos de TI no setor público apresentam abordagens idênticas quanto ao tratamento de riscos, comunicação com *stakeholders* e gestão de mudanças, diferenciando-se apenas na nomenclatura das etapas do projeto.
 - (C) os modelos tradicionais priorizam planejamento detalhado e definição prévia de escopo, sendo mais adequados a projetos com requisitos estáveis e baixa incerteza; os métodos ágeis trabalham com ciclos curtos e incrementais, aceitam mudanças ao longo do projeto e enfatizam a colaboração contínua com o usuário.
 - (D) os métodos ágeis eliminam a fase de planejamento e documentação, focando na entrega de código funcional, enquanto os modelos tradicionais são incompatíveis com qualquer tipo de revisão de requisitos após o início do projeto.
 - (E) as entregas nos modelos tradicionais ocorrem de forma contínua e incremental, permitindo ajustes frequentes, enquanto os métodos ágeis concentram a entrega ao final do projeto para garantir estabilidade arquitetural e conformidade institucional.
-
36. Uma Secretaria da Fazenda está implantando um ambiente analítico para acompanhar a arrecadação de ICMS ao longo dos anos. O objetivo é permitir análises por período, contribuinte, atividade econômica e localidade, bem como cálculos de totais, médias e comparações temporais. O time de TI optou por utilizar modelagem dimensional, avaliando o uso de *Star Schema* e *Snowflake Schema* conforme as necessidades de desempenho e manutenção do modelo. Nessa avaliação, o time observou que
- (A) o *Snowflake Schema* elimina a necessidade de chaves substitutas nas dimensões, pois prioriza chaves naturais oriundas dos sistemas transacionais, garantindo consistência entre os dados operacionais e o ambiente analítico fiscal.
 - (B) a modelagem dimensional organiza os eventos de arrecadação em uma tabela fato contendo métricas, enquanto dimensões fornecem o contexto analítico; no *Star Schema* essas dimensões se ligam diretamente à tabela fato de forma desnormalizada, enquanto no *Snowflake Schema* algumas dimensões são normalizadas para representar hierarquias, com impacto em desempenho e manutenção.
 - (C) a tabela que registra cada documento fiscal com seu respectivo valor de ICMS deve ser modelada como dimensão, pois concentra atributos descritivos relevantes ao negócio, enquanto as informações de tempo e contribuinte devem compor tabelas fato para viabilizar agregações e análises cruzadas no ambiente analítico.
 - (D) as dimensões no *Star Schema* são obrigatoriamente normalizadas em múltiplas tabelas para representar hierarquias como tempo e localização, reduzindo redundância e aumentando a eficiência das consultas analíticas em ambientes de grande volume de dados fiscais.
 - (E) a modelagem dimensional pressupõe que métricas como valor arrecadado e quantidade de documentos sejam armazenadas em tabelas separadas por tipo de análise, evitando a centralização em uma única tabela fato e facilitando o controle de integridade referencial.



37. Uma Secretaria da Fazenda utiliza *Kanban* para gerenciar a fila de demandas da área de TI relacionada à fiscalização eletrônica, como ajustes em regras de validação de NF-e, correções em cruzamentos da EFD ICMS/IPI e melhorias em relatórios analíticos com o objetivo de aumentar a previsibilidade das entregas, reduzir acúmulo de trabalho e melhorar o fluxo contínuo das atividades. Para isso, a equipe que acompanha as métricas operacionais e aplica os princípios do método deve considerar que, na aplicação prática,
- (A) a principal métrica do *Kanban* é a taxa de utilização individual dos membros da equipe, pois o método prioriza eficiência local; o fluxo é avaliado pela quantidade de tarefas iniciadas, independentemente de sua conclusão.
 - (B) as mudanças no processo no *Kanban* só podem ocorrer ao final de períodos previamente definidos, sendo as métricas de fluxo utilizadas para relatórios históricos, não impactando na gestão diária das demandas.
 - (C) o *Kanban* exige iterações com duração fixa e planejamento formal no início de cada ciclo, utilizando velocidade (*velocity*) como principal métrica para prever a capacidade da equipe ao longo do tempo.
 - (D) o limite de trabalho em progresso (WIP) é definido para fins de controle gerencial, não influenciando diretamente o tempo de entrega; métricas como *lead time* e *cycle time* são secundárias em relação ao volume total de demandas concluídas.
 - (E) o *Kanban* orienta a visualização do fluxo de trabalho e a limitação do WIP para melhorar a fluidez das atividades; métricas como *lead time*, *cycle time* e *throughput* apoiam decisões de melhoria contínua no atendimento às demandas fiscais.
-
38. Uma Secretaria da Fazenda mantém um sistema corporativo que integra cadastro de contribuintes, arrecadação, fiscalização eletrônica e relatórios gerenciais. Com o aumento do volume de acessos e a necessidade de evoluir módulos de forma independente, a equipe de TI avalia manter a arquitetura atual ou migrar gradualmente para microsserviços, entendendo que
- (A) os módulos em uma arquitetura monolítica compartilham o mesmo ciclo de implantação e execução, o que simplifica o desenvolvimento inicial; já em microsserviços, cada serviço pode ser implantado e escalado de forma independente, exigindo maior maturidade em integração, monitoramento e gestão operacional.
 - (B) a adoção de microsserviços elimina a necessidade de testes integrados e observabilidade, pois cada serviço funciona de maneira isolada, enquanto sistemas monolíticos dependem de ferramentas externas para garantir confiabilidade.
 - (C) a arquitetura monolítica impede qualquer tipo de escalabilidade seletiva, pois todos os componentes precisam ser replicados integralmente, enquanto microsserviços eliminam dependências entre módulos e dispensam mecanismos de comunicação entre serviços.
 - (D) microsserviços são indicados apenas para sistemas pequenos e estáveis, pois a fragmentação do sistema aumenta a complexidade de implantação, tornando inviável o uso em ambientes críticos como os de arrecadação estadual.
 - (E) a arquitetura monolítica facilita a governança e o controle transacional distribuído entre módulos independentes, enquanto microsserviços concentram dados e regras de negócio em um único repositório para simplificar a consistência.
-
39. Uma Secretaria da Fazenda iniciou a modernização de seus sistemas de arrecadação e fiscalização, optando pela adoção de métodos ágeis para lidar com mudanças frequentes de requisitos legais e priorização dinâmica de demandas. A equipe de TI passou a utilizar o *framework Scrum* como base de trabalho, alinhando-se aos valores do Manifesto Ágil. Na aplicação dos princípios do Manifesto Ágil e da estrutura do *Scrum* na condução dos projetos,
- (A) os eventos do *Scrum* substituem o planejamento tradicional de projetos, com pouca necessidade de definição de metas. Os artefatos são utilizados para registro histórico.
 - (B) o *Scrum* segue rigidamente um plano predefinido, tentando evitar mudanças frequentes de requisitos legais.
 - (C) o *Scrum Master* é responsável por definir o escopo do produto e aprovar entregas ao final de cada *Sprint*. Os eventos são opcionais e podem ser suprimidos para aumentar a velocidade do time.
 - (D) o *Product Owner* é responsável por maximizar o valor do produto, o *Scrum Master* atua como facilitador do *framework*. Os eventos estruturam o ciclo iterativo.
 - (E) os papéis no *Scrum* são hierárquicos e o gerente de projetos exerce autoridade direta sobre o time. Os artefatos do *Scrum* têm função mais administrativa do que decisória.



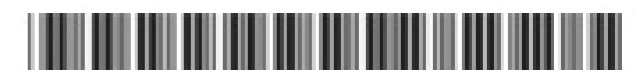
40. Uma Secretaria da Fazenda está implantando um novo sistema para recepção, processamento e auditoria de documentos fiscais eletrônicos. O sistema permite o envio de arquivos por contribuintes, valida a autoria dos documentos, garante que os dados não sejam alterados durante o tráfego ou armazenamento, assegura a continuidade do serviço mesmo diante de falhas e impede que o emissor negue posteriormente o envio das informações. No setor público, ao alinhar as práticas de governança de TI aos princípios fundamentais da Segurança da Informação, deve-se considerar que
- (A) a confidencialidade é assegurada por segregação de ambientes, a integridade por *backups* incrementais, a disponibilidade por criptografia assimétrica, a autenticidade por controle de perfis de acesso e o não repúdio por autenticação multifator sem uso de certificados.
 - (B) o emprego de *logs* de acesso e *hash* garante a autenticidade dos documentos, a assinatura digital assegura a integridade, a criptografia garante a disponibilidade do sistema, o uso de certificados digitais foca na confidencialidade e o não repúdio depende de políticas administrativas.
 - (C) o uso de criptografia no tráfego protege a confidencialidade, a validação por *hash* assegura a integridade dos dados, a infraestrutura redundante garante a disponibilidade do sistema, os certificados digitais confirmam a autenticidade dos emissores, e as assinaturas digitais vinculam o envio ao responsável, assegurando o não repúdio.
 - (D) a adoção de *backups* periódicos atende à confidencialidade das informações, enquanto o controle de acesso lógico garante a integridade dos dados fiscais, sendo a disponibilidade assegurada por autenticação forte, e o não repúdio, obtido por registros de *log* do sistema.
 - (E) a integridade dos documentos fiscais é garantida por criptografia simétrica, a confidencialidade por controle de versões, a disponibilidade por trilhas de auditoria, a autenticidade por balanceamento de carga e o não repúdio por autenticação baseada em usuário e senha.
-
41. Durante uma auditoria preventiva nos *logs* do sistema de arrecadação da Secretaria da Fazenda, a equipe de TI detecta que uma conta de serviço, utilizada para integração com bancos, está realizando tentativas de acesso a tabelas de sigilo fiscal que não pertencem ao seu escopo. O Fiscal suspeita de um código malicioso explorando uma configuração de permissões excessivas. Para mitigar o risco de exfiltração de dados e reestabelecer a governança de segurança, a ação prática mais adequada, baseada em gestão de riscos, é
- (A) implementar imediatamente um processo de classificação de toda a base de dados como "sigilosa" para eliminar a ameaça detectada, porque as vulnerabilidades de sistema são corrigidas automaticamente por essa mudança de rótulo e, então, o risco residual será aceitável após o reinício dos serviços.
 - (B) substituir a política de controle de acesso discricionário por uma autenticação multifator para a conta de serviço, focando no bloqueio de ameaças externas, uma vez que vulnerabilidades internas de permissão de acesso não geram impacto financeiro ou legal significativo para o fisco.
 - (C) priorizar a atualização das políticas formais de segurança para incluir novas punições disciplinares, partindo do princípio de que ameaças internas são neutralizadas por normas administrativas, e manter os perfis de acesso atuais até que a classificação das informações seja revisada pela diretoria.
 - (D) realizar o mapeamento do agente causador da atividade atípica e identificar a falha de configuração ou falta de controle que permitiu o desvio; em seguida, aplicar o princípio do privilégio mínimo para reduzir o risco, ajustando os controles de acesso com base na criticidade da informação atacada.
 - (E) isolar o servidor afetado para tratar a vulnerabilidade técnica de *hardware*, pois o risco é inerente aos sistemas legados e a classificação da informação não deve ser usada para restringir integrações automatizadas entre sistemas fiscais e bancários.
-
42. Uma Secretaria da Fazenda precisa integrar sistemas internos de fiscalização com aplicações externas, como portais de serviços ao contribuinte e plataformas de análise de dados. Para isso, a equipe de TI aplica APIs baseadas em *Web Services REST*, utilizando JSON como formato de troca de dados, porque
- (A) *Web Services REST* exigem o uso exclusivo do protocolo SOAP e contratos formais WSDL, garantindo padronização rígida e validação estrutural das mensagens trocadas entre os sistemas integrados.
 - (B) APIs REST utilizam recursos identificados por URIs, que operam de forma *stateless*, exploram métodos HTTP para ações sobre esses recursos e frequentemente empregam JSON como formato leve de representação.
 - (C) em serviços REST, o formato JSON é utilizado nas requisições, sendo as respostas obrigatoriamente retornadas em XML para garantir compatibilidade com navegadores e sistemas legados da administração pública.
 - (D) APIs REST focam em sessões mantidas no servidor para identificar o estado do cliente, o que facilita o controle transacional em integrações entre sistemas fiscais e garante maior segurança nas comunicações.
 - (E) o uso de APIs REST elimina a necessidade de versionamento, pois mudanças nos contratos de dados são automaticamente absorvidas pelos consumidores, desde que o formato JSON seja mantido.



43. Uma Secretaria da Fazenda realiza o tratamento de dados pessoais de contribuintes para fins de arrecadação, fiscalização tributária, cobrança administrativa e cumprimento de obrigações legais. Parte desses dados é compartilhada com outros órgãos públicos e processada por empresas contratadas para manutenção de sistemas e análise de dados fiscais. O Fiscal e a equipe de TI da Secretaria devem fundamentalmente conhecer as hipóteses legais de tratamento de dados pelo Poder Público, os direitos dos titulares, as responsabilidades dos agentes de tratamento e o papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) porque, na aplicação da legislação de proteção de dados,
- (A) o Poder Público pode tratar dados pessoais sem consentimento quando necessário para o cumprimento de obrigação legal ou para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos, devendo assegurar os direitos dos titulares compatíveis com a finalidade do tratamento.
 - (B) os direitos dos titulares de dados pessoais são automaticamente suspensos quando o tratamento ocorre no âmbito da administração tributária. A ANPD limita-se a registrar incidentes de segurança, sem poder para emitir normas ou aplicar sanções administrativas.
 - (C) o Poder Público pode tratar dados pessoais somente mediante consentimento expresso do titular, sendo vedado o tratamento para fins de fiscalização tributária sem autorização individual. A ANPD atua como órgão consultivo, sem competência normativa ou fiscalizatória sobre órgãos estaduais.
 - (D) o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público limita-se às atividades de políticas públicas previstas em planos governamentais formais, sendo proibido o compartilhamento com operadores contratados. Os direitos dos titulares não se aplicam a dados utilizados para arrecadação de tributos.
 - (E) a responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais recai sobre o operador contratado, desde que este utilize infraestrutura própria. A ANPD possui atuação restrita a empresas privadas, não alcançando órgãos da administração pública direta.
-
44. No contexto de uma Secretaria da Fazenda, que mantém sistemas corporativos para recepção, processamento e auditoria de documentos fiscais eletrônicos, considere as práticas de Governança e Segurança da Informação, a combinação de controles técnicos que atende simultaneamente aos princípios de confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio. Nesse contexto, a boa prática de segurança
- (A) utiliza segregação de redes e *firewalls* perimetrais para restringir acessos indevidos, adota políticas de *backup* diário para preservação dos dados, aplica autenticação multifator nos sistemas críticos e mantém registros operacionais para posterior análise de eventos.
 - (B) centraliza os dados fiscais em ambiente controlado com permissões hierarquizadas, utiliza rotinas de auditoria periódica para verificação de consistência, mantém alta disponibilidade por balanceamento de carga e adota termos de responsabilidade para atribuição de ações aos usuários do sistema.
 - (C) emprega criptografia em repouso e em trânsito para proteção dos dados fiscais, utiliza mecanismos de *hash* e controle de versões para garantir integridade, adota infraestrutura redundante com monitoramento contínuo para assegurar disponibilidade, aplica autenticação forte baseada em certificados digitais para validação da identidade dos usuários e registra assinaturas digitais vinculadas a *logs* imutáveis para garantir não repúdio.
 - (D) prioriza o controle de acesso lógico por perfis administrativos, mantém cópias periódicas de segurança para recuperação de dados, utiliza autenticação por usuário e senha reforçada, e centraliza os registros de auditoria em banco relacional protegido por permissões de leitura.
 - (E) implementa criptografia nos canais externos de comunicação, assegura a integridade por meio de validações aplicacionais internas, mantém servidores de contingência ativados sob demanda e utiliza autenticação federada para facilitar o acesso aos sistemas fiscais corporativos.
-
45. O Centro de Operações de Segurança (SOC) de uma Secretaria da Fazenda detectou uma campanha de *e-mails* fraudulentos direcionada aos auditores fiscais. Alguns servidores clicaram em *links* que simulavam o portal interno, resultando na instalação de *malware* e no potencial acesso não autorizado a dados pessoais de contribuintes. Considerando as obrigações da Secretaria como Controladora de dados e as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente quanto à adoção de medidas de segurança, prevenção e responsabilização, a equipe de TI deve
- (A) instalar ferramentas de antivírus para eliminar as ameaças, considerando que *malware* e *phishing* são independentes do comportamento dos servidores. No relatório de conformidade, informar que a LGPD não abrange incidentes de destruição ou acesso indevido, focando na coleta inicial dos dados.
 - (B) comunicar o incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para que ela proceda à análise de causa raiz ou treinamento de usuários, visto que a LGPD restringe-se ao cumprimento de bases legais para o tratamento, e não à gestão ativa de riscos de engenharia social.
 - (C) tratar o incidente como uma falha técnica de *firewall*, uma vez que a LGPD não se aplica a vazamentos causados por ações humanas, limitando-se a erros em processos de processamento automatizado.
 - (D) classificar o *phishing* como um tipo de *hardware* malicioso, pois a LGPD não obriga o órgão público a implementar controles preventivos de segurança da informação.
 - (E) identificar a engenharia social como método de manipulação humana e o *phishing* como vetor do ataque, adotando medidas de contenção e remediação. Deve, ainda, tratar o acesso não autorizado como incidente de segurança envolvendo dados pessoais e avaliar a necessidade de comunicação à ANPD e aos titulares, conforme o risco e o impacto.

**Legislação Tributária Estadual**

- Atenção:** Para responder às questões de números 46 a 55 considere o Regulamento do ICMS do Estado do Mato Grosso (RICMS/MT) aprovado pelo Decreto (MT) nº 2.212/2014.
46. O RICMS/MT contém um capítulo que trata das disposições comuns à aplicação de benefícios fiscais. Ressalvada disposição expressa em contrário,
- (A) quando for exigido termo de credenciamento, de opção, de adesão ou de migração para fruição de benefício fiscal, o termo será firmado, em unidade da Sefaz, pessoalmente, pelo titular, sócio ou administrador da empresa, portando documentos que lhe outorguem poderes para o ato.
 - (B) a falta de regularidade fiscal implicará a suspensão do direito à fruição de benefício fiscal, caso o contribuinte, após ser notificado para regularização, não o faça, no prazo de 30 dias.
 - (C) a fruição dos benefícios fiscais nunca será condicionada à opção pelo regime de substituição tributária, com encerramento da cadeia tributária mediante utilização do Regime Optativo de Tributação da Substituição Tributária, com renúncia à repetição do indébito, no caso de a operação efetiva vir a ser realizada por valor inferior ao que serviu de base de cálculo do ICMS retido.
 - (D) financiamento de imposto, crédito para investimento e anistia não serão considerados como benefícios fiscais, para fins do disposto no Regulamento.
 - (E) o benefício concedido para determinada operação sempre alcança e se aplica à correspondente prestação de serviço, com ela relacionada.
-
47. O RICMS/MT trata de estabelecimento e de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS. Segundo o RICMS/MT, a inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS poderá ser cassada, mediante prévia notificação, se verificada
- (A) inexistência de estabelecimento para o qual foi efetuada a inscrição, a indicação incorreta de sua localização ou, ainda, a suspensão das atividades do estabelecimento, por período superior a 180 dias, dentro de um mesmo exercício.
 - (B) geração de créditos de ICMS, com compra e recebimento de mercadorias, destinadas à posterior revenda, no Estado ou em outro Estado.
 - (C) identificação incorreta, falta ou recusa de identificação dos controladores e/ou beneficiários de empresas de investimento sediadas no exterior, que figurem no quadro societário ou acionário de empresa envolvida em ilícitos fiscais.
 - (D) discordância da autoridade fiscal em relação a negócios jurídicos praticados na gestão da empresa.
 - (E) prática de atos ilícitos, que tenham repercussão no âmbito sanitário, ambiental e trabalhista.
-
48. Conforme o RICMS/MT considera-se
- (A) transferência, para os efeitos da aplicação da legislação do ICMS, a operação de que decorra a saída de mercadoria ou bem de um estabelecimento, com destino a outro, pertencente ao mesmo titular.
 - (B) como "benefícios fiscais" apenas as seguintes espécies: isenção, redução da base de cálculo, alíquota inferior a 12%, crédito presumido e transação.
 - (C) primário, para os efeitos da aplicação da legislação do ICMS, o produto tal como se encontra na natureza, que não tenha sido submetido a nenhum processo de industrialização, nem mesmo beneficiamento, acondicionamento ou reacondicionamento.
 - (D) empresa comercial exportadora, para fins de não incidência de ICMS, a empresa comercial que realiza operações mercantis, com mercadorias, inscrita no CNPJ da Receita Federal do Brasil.
 - (E) conserto, para fins do referido Regulamento, qualquer operação que, executada sobre o produto usado ou partes remanescentes de produto deteriorado ou inutilizado, o renove ou restaure para utilização.
-
49. Será exigido o ICMS da saída de mercadoria, inicialmente não exigido, sob alegação de saída para exportação, segundo o RICMS/MT, na hipótese de
- (A) a empresa comercial exportadora ou o comerciante atacadista, que houver adquirido a mercadoria com o fim específico de exportação para o exterior, não efetivar a exportação no prazo de 30 dias contados da data da emissão da Nota Fiscal pela vendedora, com acréscimos de juros de mora e multa.
 - (B) o montante efetivamente exportado, findo o prazo de um ano, contado da remessa inicial, ser maior ou menor do que o remetido para fins de exportação, considerados os estoques iniciais e finais do período, as diferenças de pesagem, a umidade, a perda ou o ganho natural de peso dos produtos e a quantidade retida pela Receita Federal.
 - (C) remessa de mercadorias para formação de lote em armazém não alfandegado, localizado fora do Estado do Mato Grosso, em outra unidade federada, com objetivo de exportação, ainda que atendidas as demais condições previstas no referido Regulamento.
 - (D) perda, furto, roubo, incêndio, calamidade, perecimento e sinistro da mercadoria, antes do embarque para o exterior.
 - (E) produtos primários e semielaborados, que não atendam aos requisitos para serem classificados como produtos industrializados.



50. O RICMS/MT dispõe sobre o Regime Especial de Fiscalização de Pagamento do Imposto e sobre Medida Administrativa Cautelar.

Neste contexto, quando o contribuinte, reiteradamente, deixar de cumprir suas obrigações fiscais, a Administração Tributária poderá impor-lhe um regime que assegure o cumprimento desses deveres.

A medida cautelar administrativa aplicada, provisoriamente, a estabelecimento especificado no sistema eletrônico de registro e controle cadastrais da Secretaria de Estado de Fazenda, durante a sua vigência, implicará, inclusive,

- (A) o enquadramento do contribuinte como devedor contumaz, sendo aplicados todos os efeitos decorrentes do referido enquadramento aos estabelecimentos localizados no Estado.
- (B) a inclusão em medida cautelar administrativa de todos os estabelecimentos interligados, coligados ou controlados pelo sujeito passivo, sócios, gerentes ou diretores.
- (C) a obrigatoriedade de recolher e anexar GNRE *On-Line* a cada Nota Fiscal eletrônica que emitir, ou que constar como destinatário, para permitir o trânsito da mercadoria ou a prestação do serviço, e para comprovar o recolhimento do valor do ICMS devido, inclusive o devido a título de substituição tributária ou DIFAL, a cada operação interestadual ou interna.
- (D) a exigência de depósito administrativo, penhora de imóvel ou apresentação de fiança bancária, quantificada com base no valor médio dos débitos dos últimos 12 meses, para o período mínimo de 24 meses, para garantir o fiel cumprimento das obrigações tributárias.
- (E) a suspensão, por 24 meses, dos credenciamentos, reduções e benefícios fiscais, relativos aos tributos estaduais, de caráter geral ou especial, aplicáveis aos estabelecimentos do contribuinte, às empresas de seu sócio ou titular, suas interligadas, controladas, controladoras e quadro diretivo, exceto as imunidades constitucionais.

51. O RICMS/MT prevê que, para efeito de aplicação da legislação do ICMS, em relação à prestação de serviço de transporte, considera-se

- (A) emitente o prestador de serviço contábil que emite o documento fiscal relativo à prestação do serviço de transporte para o transportador.
- (B) obrigatório identificar cada volume transportado, com as seguintes informações: remetente, destinatário, conteúdo, número do conhecimento de transporte e nome da seguradora.
- (C) tomador do serviço a pessoa que, contratualmente, é a responsável pelo pagamento do serviço de transporte, podendo ser o remetente, o destinatário ou um terceiro interveniente.
- (D) subcontratação de serviço de transporte o contrato entre transportador pessoa jurídica e transportador autônomo, em que um prestador de serviço de transporte contrata outro prestador de serviço de transporte, para efetuar a prestação de serviço em área urbana do trajeto, sujeita ao imposto municipal.
- (E) permitido o uso de carta de correção para a anulação de valores relativos à prestação de serviço de transporte de cargas, em virtude de erro devidamente comprovado, e desde que não descaracterize a prestação, mas apenas altere o valor do imposto a pagar.

52. O RICMS/MT trata do valor da DIFAL a ser pago em relação à entrada, no estabelecimento de contribuinte, de bem ou de mercadoria, adquiridos em outra unidade federada, destinados a uso, consumo ou ativo imobilizado, bem como na utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação tenha sido iniciada fora do território mato-grossense e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente, alcançada pela incidência do imposto.

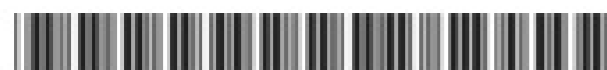
Segundo o Regulamento, o valor do ICMS DIFAL a recolher corresponderá à seguinte fórmula:

- (A) $[(V \text{ oper} - \text{ICMS origem}) \times (\text{ALQ interna} - \text{ALQ interestadual})]$.
- (B) $(V \text{ oper} - \text{ICMS origem}) \times (\text{ALQ interna})$.
- (C) $(V \text{ oper origem}) \times (\text{ALQ interna} - \text{ALQ interestadual})$.
- (D) $[(V \text{ oper} - \text{ICMS origem}) / (1 - \text{ALQ interna})] \times \text{ALQ interna} - (V \text{ oper} \times \text{ALQ interestadual})$.
- (E) $(V \text{ oper} \times \text{ALQ interna}) - (\text{ICMS origem})$.

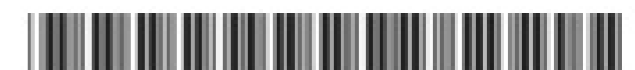
53. O RICMS/MT trata dos regimes de apuração e do pagamento do ICMS no Estado.

Conforme o Regulamento, o imposto será apurado por mercadoria, dentro de determinado período; ou por mercadoria, à vista de cada operação, quando se tratar de contribuinte dispensado de efetuar e manter escrituração fiscal; ou de estabelecimentos pertencentes a pessoa jurídica, sempre que promoverem saídas interestaduais, entre outras, de

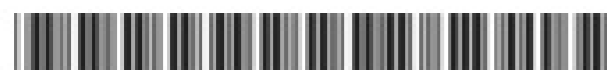
- (A) gergelim em grão; grão de bico; café cru, em coco ou em grão; gado em pé, carnes e miudezas comestíveis das espécies bovina, bufalina, suína, ovina e caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas.
- (B) folhas, legumes e frutas; sementes, caules e raízes; mamíferos, aves, ovos e peixes; resinas plásticas, borrachas e seus artefatos; bebidas contendo etanol, destiladas ou fermentadas.
- (C) tecido ou malha de algodão; roupas de couro bovino ou bufalino; e répteis vivos ou abatidos, suas carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas.
- (D) móveis de madeira; óleo vegetal de mamona e girassol; farinha de trigo e massas secas; peixes vivos ou abatidos, suas carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas.
- (E) feijão em casca e beneficiado; mandioca natural, com casca ou descascada, cozida ou congelada; farinha de milho e derivados; metanol; cacau em bagas; trigo, farinha de trigo, farelo de trigo, pães e massas secas.



54. O RICMS/MT dispõe sobre sujeição passiva por substituição tributária e tem uma seção que trata das disposições gerais.
- Nesse contexto, conforme o citado Regulamento, observadas as demais normas complementares relativas ao regime de substituição tributária, o imposto será arrecadado e pago,
- (A) antecipadamente, pelo industrial, comerciante atacadista, distribuidor ou engarrafador, conforme o caso, em relação a todas as subseqüentes saídas promovidas por quaisquer estabelecimentos para o território do Estado, com quaisquer mercadorias.
 - (B) se não indicado o valor no documento fiscal, no momento da entrada no estabelecimento, localizado neste Estado, de comerciante, industrial, cooperativa ou outra pessoa jurídica de direito público ou privado, contribuinte do ICMS, em relação às saídas de mercadorias promovidas por produtor mato-grossense.
 - (C) no caso de animais vivos e produtos do reino animal da fauna nacional; no prazo de 60 dias contados da emissão do documento fiscal referente à saída de estabelecimento localizado neste Estado, de comerciante, industrial, cooperativa ou outra pessoa jurídica de direito público ou privado, contribuinte do ICMS.
 - (D) na hipótese de operações que destinem produtos para integração ou consumo em processo de industrialização; o imposto da operação própria e das subseqüentes será pago no prazo de 10 dias contados da saída da mercadoria promovida por remetente mato-grossense.
 - (E) antecipadamente, pelo remetente, comerciante, industrial, produtor, cooperativa, ou outra pessoa jurídica de direito público ou privado, relativamente às subseqüentes saídas de mercadorias promovidas por representantes, mandatários, comissários, gestores de negócios ou adquirentes neste Estado das respectivas mercadorias, quando estiverem dispensados da inscrição no Cadastro de Contribuintes do imposto.
-
55. Conforme RICMS/MT, o estabelecimento de contribuinte de ICMS localizado no Estado que receber, em virtude de garantia ou troca, mercadoria devolvida por qualquer pessoa natural ou jurídica, não considerada contribuinte do ICMS,
- (A) não poderá aceitar a devolução, a título de troca, e, caso a aceite, terá que emitir Nota Fiscal de Entrada e recolher o imposto por guia especial.
 - (B) não poderá se creditar do imposto referente à venda, mas poderá emitir Nota Fiscal de Entrada, sem destaque do imposto, para colocar a mercadoria no estoque para posterior revenda com desconto de coisa usada, trocada ou com defeito.
 - (C) poderá, no caso de troca, creditar-se do imposto debitado por ocasião da saída da mercadoria, dentro do prazo de 60 dias, contados da data da venda; mas não poderá se creditar desse imposto, no caso de defeito, dentro do prazo de garantia.
 - (D) poderá creditar-se do imposto debitado por ocasião da saída da mercadoria, desde que haja prova cabal da devolução, e o retorno se verifique dentro do prazo de 45 dias, contados da data da saída, no caso de troca.
 - (E) poderá receber a mercadoria e vendê-la novamente, sem débito do imposto, no prazo de 180 dias, contados da data da devolução.
-
56. André e Berenice, domiciliados há décadas em Cuiabá/MT, casados pelo regime da comunhão parcial de bens em 2010, divorciaram-se em julho de 2025. O patrimônio total deles, por ocasião da formalização do divórcio, era de R\$ 5.280.000,00 e estava composto dos seguintes itens:
- I. Bens comuns do casal: R\$ 3.840.000,00.
 - II. Herança recebida por André, em março de 2022: R\$ 360.000,00.
 - III. Bens de André, adquiridos antes de seu casamento com Berenice: R\$ 480.000,00.
 - IV. Bens de Berenice, adquiridos antes de seu casamento com André: R\$ 600.000,00.
- Com base nessas informações, no disposto na Lei estadual mato-grossense nº 7.850, de 18 de dezembro de 2002, e considerando que o valor da UPF-MT era de R\$ 251,48, na data do divórcio, caso André receba bens no valor de R\$ 2.680.000,00 e Berenice receba bens no valor de R\$ 2.600.000,00, haverá excesso de meação a favor de
- (A) Berenice, e também haverá imposto a ser pago, em razão da inoccorrência de isenção.
 - (B) André, no montante de R\$ 40.000,00, e também haverá imposto a ser pago, em razão da inoccorrência de isenção.
 - (C) Berenice, mas não haverá imposto a ser pago, em razão da ocorrência de isenção.
 - (D) André, e também haverá imposto a ser pago, em razão da inoccorrência de isenção.
 - (E) André, mas não haverá imposto a ser pago, em razão da ocorrência de não incidência.



57. De acordo com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, relativamente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, a Constituição Federal prevê que
- (A) esse imposto não incidirá sobre a propriedade de veículos automotores aquáticos, que efetuem o transporte de pessoas enfermas ou que prestem serviços de combate ao fogo na região amazônica, assim definidos em lei complementar federal.
 - (B) esse imposto poderá ter alíquotas diferenciadas em função do impacto ambiental, mas não incidirá sobre plataformas destinadas à exploração de petróleo em águas territoriais brasileiras, sempre que elas forem suscetíveis de se locomoverem na água, por meios próprios.
 - (C) esse imposto não incidirá sobre a propriedade de aeronaves que efetuem o transporte de pessoas enfermas ou que prestem serviços de combate ao fogo nos rios da região amazônica, ou que supervisionem as áreas de reservas florestais e indígenas localizadas nas proximidades das fronteiras internacionais do Brasil.
 - (D) as alíquotas máxima e mínima do imposto serão fixadas por meio de Resolução do Senado Federal.
 - (E) são equiparadas a balsas as jangadas com capacidade para mais de quinze pessoas, que prestem exclusivamente serviços de travessia a pessoas em rios e lagos que façam a divisa entre dois ou mais Estados federados, ou o Distrito Federal.
-
58. O processo administrativo tributário do Estado de Mato Grosso encontra-se disciplinado, parcialmente, no Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso, aprovado pelo Decreto estadual nº 2.212, de 20 de março de 2014, e na Lei Ordinária estadual nº 8.797, de 08 de janeiro de 2008, cujos dispositivos, em sua maior parte, foram revogados. Por sua vez, a Lei Ordinária estadual nº 7.692, de 27 de setembro de 2019, regula os atos e procedimentos administrativos da Administração Pública centralizada e descentralizada do Estado de Mato Grosso.
- Diante das afirmações acima e considerando os motivos de sua edição, as normas da Lei Ordinária nº 7.692/2019
- (A) deverão ser aplicadas ao processo administrativo tributário mato-grossense, em matéria de prazos, em substituição à aplicação das normas que se encontram no RICMS/MT e na Lei estadual nº 8.797/2008.
 - (B) poderão ser aplicadas ao processo administrativo tributário mato-grossense, em matéria de prazos, em substituição à aplicação das normas que se encontram no RICMS/MT.
 - (C) poderão ser aplicadas integralmente ao processo administrativo tributário mato-grossense, em substituição à aplicação das normas que se encontram no RICMS/MT e na Lei estadual nº 8.797/2008.
 - (D) deverão ser aplicadas integralmente ao processo administrativo tributário mato-grossense, em substituição à aplicação das normas que se encontram no RICMS/MT e na Lei estadual nº 8.797/2008.
 - (E) serão aplicadas, subsidiariamente, aos atos e procedimentos administrativos com disciplina legal específica, observada a hierarquia das normas jurídicas.
-
59. De acordo com a Lei estadual nº 8.797, de 08 de janeiro de 2008, o sujeito passivo pode desistir de litigar no processo administrativo tributário estadual mato-grossense, sendo que essa desistência pode se dar de maneira expressa ou tácita. A desistência se dará de maneira tácita
- (A) pela ocorrência de prescrição intercorrente e pelo pedido de parcelamento.
 - (B) por todas as formas de extinção e de suspensão do crédito tributário, previstas no CTN, e pela não substituição, no prazo legal de 15 dias úteis, de advogado que tenha renunciado ao seu mandato.
 - (C) pela propositura de ação judicial relativa à mesma matéria objeto do processo administrativo tributário, reconhecida pela autoridade julgadora e, também, pelo pagamento.
 - (D) por todas as formas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, previstas no CTN, bem como pela compensação do crédito tributário em litígio.
 - (E) pela apresentação de impugnação sem provas do alegado e pela omissão de indicação de garantias do débito fiscal.
-
60. Anésio, domiciliado em Sorriso/MT, adquiriu um veículo automotor de passeio, novo, em maio de 2025, da empresa XYZ, localizada em São Paulo/SP, em 60 prestações, mediante assinatura de notas promissórias para a empresa vendedora, que foi transferido imediatamente para seu nome, tão logo o contrato foi fechado.
- Seu irmão Adoniran, o segundogênito, domiciliado em Rondonópolis/MT, assinou, em junho de 2025, um contrato de alienação fiduciária de três anos, com a empresa ABCD, para a aquisição de uma motocicleta nova, sendo que a empresa (credora fiduciária) é domiciliada em Cuiabá/MT.
- Adamastor, o terceirogênito e caçula, domiciliado em Sinop/MT, assinou um contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), em agosto de 2025, por quatro anos, com a empresa "Corremuito", domiciliada em Tangará da Serra/MT, tendo como objeto um quadriciclo, com o qual vai participar de competições.
- Com base nessas informações e na disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 7.301, de 17 de julho de 2000, verifica-se que, em 1º de janeiro de 2026, os contribuintes do IPVA incidente sobre a propriedade desses três veículos foram, respectivamente,
- (A) Anésio, Adoniram e a empresa de arrendamento mercantil.
 - (B) a empresa paulista, Adoniram e a empresa de arrendamento mercantil.
 - (C) a empresa paulista, Adoniram e Adamastor.
 - (D) Anésio, a empresa credora fiduciária e a empresa de arrendamento mercantil.
 - (E) a empresa paulista, a empresa credora fiduciária e Adamastor.

**Contabilidade Geral e de Custos**

61. A Gama Indústria e Comércio Ltda., que apura seus resultados periodicamente por meio do regime de competência, realizou uma conferência física de seus estoques no início do exercício de 2026. Após essa verificação, identificou-se que o estoque inicial de 2025 havia sido registrado por valor inferior ao real, em razão de falhas no processo de inventário do exercício de 2024.

Admite-se que, ao longo do exercício de 2025, as compras foram corretamente apuradas e contabilizadas e que todo o estoque inicial desse exercício foi vendido, não havendo outros erros nas demonstrações contábeis.

Nesse caso, no exercício social de 2025, em decorrência da subavaliação do estoque inicial, ocorreu

- (A) superavaliação do estoque final.
- (B) neutralidade sobre o resultado de 2025, uma vez que o erro ocorreu antes do início deste exercício.
- (C) subavaliação do lucro bruto.
- (D) superavaliação do valor das compras em 2025.
- (E) subavaliação do custo dos produtos vendidos.

62. A Pedra Negra Maquinário Pesado S.A. (companhia fechada) atua na fabricação de equipamentos para construção civil e elabora suas demonstrações contábeis de acordo com a legislação e as normas contábeis brasileiras.

Em 31/12/2024, durante o processo de auditoria, foi identificado que a companhia ainda apresentava, no Patrimônio Líquido, saldo na conta "Reserva de Reavaliação", originado de reavaliações registradas antes de 2008. Nesse contexto, este saldo

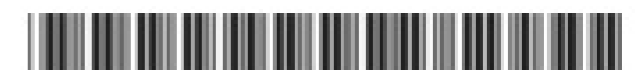
- (A) pode permanecer indefinidamente no Patrimônio Líquido, desde que a companhia divulgue em notas explicativas o laudo de reavaliação que lhe deu origem.
- (B) pode ser mantido até sua efetiva realização ou deveria ter sido estornado até o final do exercício social em que a Lei nº 11.638/2007 entrou em vigor.
- (C) deve ser levado diretamente ao resultado do exercício de 2024, para atender ao regime de competência estabelecido pela Lei nº 11.941/2009.
- (D) deveria ter sido eliminado (baixado) do Patrimônio Líquido, pois a Lei nº 11.941/2009 extinguiu essa conta.
- (E) deveria ter sido reclassificado para Ajustes de Avaliação Patrimonial, por se tratar de conta que registra contrapartidas de aumentos/diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e passivo.

63. A empresa Visionária Consultoria Empresarial Ltda., que atua na área de planejamento estratégico e assessoria financeira, apresentou em seu balanço patrimonial, em 31/12/2024, as seguintes contas e saldos que compõem integralmente as contas de ativos e passivos da empresa:

– Caixa e Equivalentes de Caixa:	R\$ 25.000,00
– Obrigações Fiscais e Trabalhistas:	R\$ 25.000,00
– Realizável a Longo Prazo:	R\$ 40.000,00
– Imobilizado:	R\$ 110.000,00
– Empréstimos Bancários de Curto Prazo:	R\$ 30.000,00
– Clientes (Contas a Receber):	R\$ 45.000,00
– Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo:	R\$ 120.000,00
– Fornecedores:	R\$ 35.000,00
– Provisões de Longo Prazo:	R\$ 30.000,00
– Estoques:	R\$ 30.000,00

A proporção de capital próprio que financia as operações da Visionária Consultoria Empresarial Ltda., em relação ao capital total, é de

- (A) 18%
- (B) 16%
- (C) 4%
- (D) 14%
- (E) 25%



64. A SoftPrime Sistemas Empresariais Ltda., empresa que desenvolve *softwares* de gestão, realizou em 2024 diversos dispêndios relacionados à criação e exploração de ativos intangíveis. Nesse contexto,
- (A) um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado ao longo de sua vida útil estimada, iniciando-se a amortização quando o ativo estiver disponível para uso.
 - (B) os ganhos ou perdas decorrentes da baixa ou alienação de ativos intangíveis devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado.
 - (C) na alienação de um ativo intangível, o valor recebido deve ser reconhecido como receita operacional, independentemente do valor contábil do ativo baixado.
 - (D) todos os gastos incorridos na geração interna de um ativo intangível devem ser reconhecidos como despesas no resultado.
 - (E) a amortização de um ativo intangível deve ser interrompida quando a entidade apresentar prejuízo no exercício, uma vez que não há geração de benefícios econômicos suficientes para justificar o reconhecimento da despesa.

65. Em junho de 2025, a empresa Aurora Eventos Corporativos S.A., especializada na organização de grandes convenções empresariais, adquiriu um painel de LED de alta definição para ser utilizado em seus eventos. O preço de tabela do equipamento era de R\$ 120.000,00 e, no momento da negociação, foram pactuadas as seguintes condições:

- Pagamento à vista via transferência eletrônica, o que concedeu um desconto comercial de 10% sobre o preço de tabela;
- Gastos com frete e seguro no valor de R\$ 4.500,00, necessários para trazer o equipamento até a sede da empresa;
- Gastos com instalação técnica especializada, no valor de R\$ 3.500,00, indispensáveis para que o painel estivesse em condições de uso.

Os lançamentos contábeis em conformidade com as normas vigentes estão expressos em:

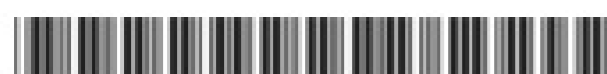
- (A) D – Ativo Imobilizado – R\$ 120.000,00
D – Despesas – R\$ 8.000,00
C – Receita Operacional – R\$ 12.000,00
C – Caixa e equivalentes de caixa – R\$ 116.000,00
- (B) D – Caixa e equivalentes de caixa – R\$ 116.000,00
C – Ativo Imobilizado – R\$ 116.000,00
- (C) D – Ativo Imobilizado – R\$ 112.500,00
D – Despesas Operacionais – R\$ 3.500,00
C – Caixa e equivalentes de caixa – R\$ 116.000,00
- (D) D – Ativo Imobilizado – R\$ 116.000,00
C – Caixa e equivalentes de caixa – R\$ 116.000,00
- (E) D – Ativo Imobilizado – R\$ 108.000,00
D – Despesas – R\$ 8.000,00
C – Caixa e equivalentes de caixa – R\$ 116.000,00

66. A Platinum Equipamentos Industriais S.A., sociedade anônima de capital fechado, atua na fabricação de estruturas metálicas para obras de infraestrutura pesada. Em 02/01/2021, a companhia adquiriu uma prensa hidráulica para uso em sua linha produtiva, com as seguintes características:

- Preço de aquisição: R\$ 1.000.000
- Impostos não recuperáveis: R\$ 50.000
- Custos de transporte e instalação: R\$ 30.000
- Testes necessários para colocar o ativo em condições de operação: R\$ 20.000
- Treinamento dos operadores: R\$ 15.000

A vida útil econômica estimada foi de 10 anos, com valor residual nulo, e a depreciação passou a ser reconhecida a partir do momento em que o ativo ficou disponível para uso. Por simplificação, admita que o ativo ficou disponível para uso na data de sua aquisição e que o método de depreciação utilizado pela empresa é o de cotas constantes. Em 31/12/2023, após uma revisão técnica conduzida pelo departamento de engenharia e operações, a estimativa de vida útil remanescente do equipamento foi alterado para 4 anos, em razão de seu maior desgaste. Em 30/06/2025, a prensa hidráulica foi vendida por R\$ 420.000. Nessa situação,

- (A) a perda de R\$ 61.250,00 decorrente da venda do ativo deve ser reconhecida no resultado do exercício.
- (B) o ganho de R\$ 130.000,00 decorrente da venda do ativo deve ser reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial, pois esse valor não passa pelo resultado operacional da empresa.
- (C) a perda de R\$ 52.500,00 decorrente da venda do ativo deve ser reconhecida como redução direta do patrimônio líquido.
- (D) o ganho de R\$ 420.000,00 decorrente da venda do ativo deve ser reconhecido como receita de venda.
- (E) a diferença negativa de R\$ 45.937,50 entre o valor contábil líquido e o valor de venda do ativo deve ser reconhecida como despesa operacional e classificada fora do resultado operacional principal.



67. A InovaTech S.A., companhia aberta do setor de tecnologia, está revisando suas políticas de divulgação de informações contábeis com o objetivo de aprimorar a utilidade de seus relatórios financeiros para os usuários de suas informações contábeis.

Durante esse processo, a administração identificou que determinadas informações eram divulgadas de forma extensa e detalhada, porém não auxiliavam de forma efetiva a tomada de decisão dos usuários externos, enquanto outras, mais sintéticas, mostravam-se decisivas para avaliação de desempenho e posição financeira da companhia.

Nesse contexto, o contador da empresa deve informar à administração que, segundo a NBC TG Estrutura Conceitual, para que uma informação financeira seja considerada útil, independentemente do nível de detalhamento ou da forma de apresentação, ela deve ser

- (A) compreensível e representar fidedignamente aquilo que pretende representar, e sua utilidade pode ser aumentada se for comparável, verificável, tempestiva e relevante.
- (B) verificável e compreensível, e sua utilidade pode ser aumentada se for comparável, fidedigna, tempestiva e relevante.
- (C) fidedigna e tempestiva, e sua utilidade pode ser aumentada se for compreensível, verificável, comparável e relevante.
- (D) relevante e representar fidedignamente aquilo que pretende representar, e sua utilidade pode ser aumentada se for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.
- (E) compreensível e relevante, e sua utilidade pode ser aumentada se for fidedigna, comparável, verificável e tempestiva.

68. A empresa GoldenLab BioTech S.A., fabricante de equipamentos laboratoriais, produz dois produtos: GB-Delta e GB-Sigma. Diante de restrições relacionadas à capacidade produtiva da empresa, a administração está analisando a viabilidade de curto prazo da GoldenLab. Os dados do último mês são os seguintes:

Item	GB-Delta	GB-Sigma
Preço de venda unitário	R\$ 500	R\$ 400
Custo variável unitário	R\$ 300	R\$ 220
Horas-máquina por unidade (h)	4	2
Demanda máxima mensal (unidades)	1.200	1.800

A capacidade máxima mensal da fábrica é de 4 800 horas-máquina e os custos fixos totais mensais totalizam R\$ 360.000,00. Considerando o fator limitante de horas-máquina, a decisão que maximiza o resultado operacional mensal é

- (A) produzir ambos os produtos até o limite da demanda, pois ambos apresentam margem de contribuição positiva.
- (B) priorizar a fabricação de GB-Sigma, pois é o produto que apresenta maior margem de contribuição por hora-máquina, utilizando a capacidade restante para o GB-Delta.
- (C) priorizar a fabricação do GB-Delta, pois é o produto que absorve a maior parcela dos custos fixos totais.
- (D) priorizar exclusivamente a fabricação de GB-Delta, pois é o produto que apresenta maior margem de contribuição unitária.
- (E) priorizar exclusivamente a fabricação de GB-Sigma, pois é o produto que apresenta maior margem de contribuição total.

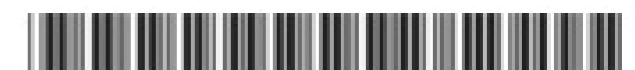
69. A FarmaLog Serviços Integrados S.A., atuante no setor de logística e armazenagem para produtos regulados pela Anvisa, encerrou o exercício social de 2025 com diversas ações judiciais em andamento. Entre elas, destaca-se um processo ambiental, no qual a FarmaLog é ré por supostos danos ao meio ambiente causados durante a ampliação de um de seus centros de distribuição.

A banca de advogados que auxilia o diretor jurídico da FarmaLog emitiu parecer contendo as seguintes informações:

- a probabilidade de perda desse processo é classificada como provável;
- não existe, até o momento, uma base confiável para mensuração do valor da obrigação, pois o laudo pericial judicial ainda não foi produzido;
- avalia-se que a decisão judicial final ocorrerá apenas após o exercício de 2027.

Nesse contexto e de acordo com a legislação e as normas contábeis vigentes, a contabilidade da empresa

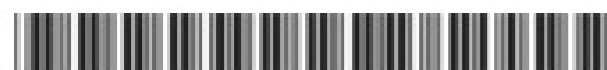
- (A) não deve reconhecer a provisão, nem divulgar o processo em nota explicativa, em razão da incerteza quanto ao valor.
- (B) deve reconhecer uma provisão assim que houver definição do valor pelo perito judicial, independentemente da probabilidade de perda.
- (C) não deve reconhecer uma provisão no balanço patrimonial, mas deve divulgar o processo em nota explicativa como passivo contingente.
- (D) deve reconhecer uma provisão no passivo não circulante, pelo valor estimado pela administração, com contrapartida em despesa.
- (E) deve reconhecer uma provisão no passivo circulante, pelo valor mínimo estimado pela administração, ainda que a mensuração não seja confiável.



70. A Solaris Ltda. é uma empresa que fabrica mesas de reunião para grandes escritórios. Sua administração está revisando seu planejamento financeiro para o próximo exercício. O gerente financeiro e o *controller* da empresa levantaram as seguintes informações mensais:
- Preço de venda unitário: R\$ 1.200,00
 - Custo variável unitário: R\$ 720,00
 - Custos e despesas fixas mensais: R\$ 180.000,00
- Para que a Solaris consiga, pelo menos, evitar o prejuízo contábil, ela deve vender, por mês,
- (A) 250 unidades.
 - (B) 375 unidades.
 - (C) 400 unidades.
 - (D) 150 unidades.
 - (E) 300 unidades.

Matemática Financeira

71. Antônio deverá pagar para José o valor de R\$ 16.500,00 daqui a 1 ano, R\$ 18.150,00 daqui a 2 anos e R\$ 15.972,00 daqui a 3 anos. Antônio propõe a José pagar toda a dívida por meio de um pagamento único daqui a 3 anos a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Se José aceitar, este pagamento único será de um valor P , em reais, tal que
- (A) $P \geq 56.000$
 - (B) $55.500 \leq P < 56.000$
 - (C) $54.500 \leq P < 55.000$
 - (D) $P < 54.500$
 - (E) $55.000 \leq P < 55.500$
72. Considere que $\ln(A)$ é o logaritmo neperiano de A , sendo $\ln(e) = 1$. Uma operação financeira foi realizada com uma taxa efetiva de 10% ao ano. A taxa instantânea equivalente é igual a
- (A) $\ln(1,10)$
 - (B) $e^{1,10} - 1$
 - (C) $[1 + \ln(0,10)]$
 - (D) $e^{0,10}$
 - (E) $1 + e^{-0,10}$
73. Um capital é aplicado, durante 10 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano apresentando um valor de juros igual a R\$ 2.812,50 no final do período de aplicação. Um outro capital de valor igual à metade do capital anterior é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros de 14,4% ao ano, apresentando no final do período de aplicação um montante igual a
- (A) R\$ 13.250,00
 - (B) R\$ 12.560,00
 - (C) R\$ 12.250,00
 - (D) R\$ 12.330,00
 - (E) R\$ 13.520,00
74. Sejam 2 capitais aplicados em uma mesma instituição financeira, sendo que o primeiro foi aplicado, durante 1 semestre, a uma taxa de juros compostos de 3% ao trimestre, resultando em um montante igual a R\$ 21.218,00 no final do período de aplicação. O segundo capital com um valor que supera o primeiro capital em R\$ 5.000,00 foi aplicado, durante 1 ano, a uma taxa de juros compostos de 6% ao semestre, resultando em um total de juros no final do período de aplicação de
- (A) R\$ 3.090,00
 - (B) R\$ 2.472,00
 - (C) R\$ 3.045,00
 - (D) R\$ 2.940,00
 - (E) R\$ 2.454,00
75. Uma aplicação no início de um período no valor de R\$ 20.000,00 permitiu ao investidor resgatar no final do período o montante igual a R\$ 23.850,00. Sabendo que a taxa real de juros correspondente desta aplicação foi de 12,5%, tem-se que a taxa de inflação neste período foi de
- (A) 7,00%
 - (B) 5,50%
 - (C) 6,00%
 - (D) 6,25%
 - (E) 6,75%



76. Uma dívida correspondente à aquisição de um imóvel deverá ser liquidada por meio de 60 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a data da aquisição do imóvel. Um plano de pagamentos foi elaborado, com base no Sistema de Amortização Constante (SAC) a uma taxa de juros de 3% ao mês. Se a primeira prestação do plano é igual a R\$ 5.600,00, então o valor da décima prestação é igual a
- (A) R\$ 4.880,00
(B) R\$ 5.060,00
(C) R\$ 5.120,00
(D) R\$ 5.000,00
(E) R\$ 4.940,00

77. Sejam os 2 fluxos de caixa abaixo (A e B), mutuamente excludentes, que apresentaram a mesma taxa interna de retorno positiva de 8% ao ano e com o mesmo desembolso inicial (D) no ano 0.

Ano	Fluxos de caixa (R\$)	
	A	B
0	-D	-D
1	6.264,00	X
2	17.496,00	X

O valor de X, correspondente ao fluxo de caixa B (anos 1 e 2), é igual a

- (A) 10.400,00
(B) 10.816,00
(C) 10.800,00
(D) 11.232,00
(E) 11.664,00
78. Uma duplicata é descontada em um banco 4 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 1,5% ao mês. Sejam D_1 o valor do desconto caso seja considerada a operação de desconto racional simples e D_2 o valor do desconto caso seja considerada a operação de desconto comercial simples. Se $(D_2 - D_1)$ é igual a R\$ 90,00, então o valor atual segundo a operação de desconto comercial simples é igual a
- (A) R\$ 26.320,00
(B) R\$ 24.440,00
(C) R\$ 25.380,00
(D) R\$ 25.850,00
(E) R\$ 24.910,00
79. Um título é resgatado 2 anos antes de seu vencimento segundo a operação de desconto racional composto a uma taxa de desconto de 10% ao ano. Se o valor atual do título foi igual a R\$ 50.000,00, então, caso fosse utilizada a operação de desconto comercial composto, também a uma taxa de desconto de 10% ao ano, o valor resgatado seria de
- (A) R\$ 48.400,00
(B) R\$ 49.200,00
(C) R\$ 47.795,00
(D) R\$ 49.005,00
(E) R\$ 48.800,00
80. Em um plano de pagamento referente a um empréstimo em que foi utilizado o Sistema Price (francês, verifica-se que se trata da liquidação de uma dívida por meio de 20 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a realização do empréstimo. Sabe-se que a taxa de juros considerada foi de 2,5% ao mês, o valor de cada prestação igual a R\$ 25.660,00 e o valor da amortização incluído no valor da segunda prestação igual a R\$ 16.051,50. A soma dos valores dos juros incluídos nos valores da primeira e da segunda prestações é igual a
- (A) R\$ 20.400,60
(B) R\$ 19.217,00
(C) R\$ 19.608,50
(D) R\$ 20.250,50
(E) R\$ 19.475,00